

BALANÇO GERAL
1971





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA FAZENDA
CONTADORIA E AUDITORIA GERAL DO ESTADO

BALANÇO GERAL
1971

RELATIVO AO EXERCÍCIO DE
1971

APRESENTADO A SUA EXCELÊNCIA O SENHOR
PROFESSOR **JOSÉ HIPÓLITO MACHADO DE**
CAMPOS, DIGNÍSSIMO SECRETÁRIO DE ESTADO
DA FAZENDA, PELO CONTADOR GERAL DO ES-
TADO PROFESSOR **WALDIR COMERLATO**.

É TEMPO DE
RIO GRANDE 

ÍNDICE

EXPOSIÇÃO SOBRE O BALANÇO GERAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO

APRESENTAÇÃO	11
DESPESAS AUTORIZADAS E RECURSOS FINANCEIROS	13-22
Despesas Autorizadas	13
Créditos Ordinários	14
Créditos Especiais	15
Créditos Extraordinários	17
Recursos Financeiros	17
Fundo Geral	17
Fundos Especiais	19
Operações de Crédito	20
Resultado Presumível do Exercício	22
BALANÇO FINANCEIRO	23-63
Execução do Orçamento	23
Análise da Receita	26
Receitas Correntes	27
Receita Tributária	27
Receita Patrimonial	31
Receita Industrial	31
Transferências Correntes	32
Receitas Diversas	33
Receitas de Capital	34
Arrecadação por Exatorias	36
Análise da Despesa	38
Confronto da Despesa Fixada com a Realizada	43
Evolução da Despesa	45
Demonstração da Execução Orçamentária segundo as Categorias Econômicas	47
Análise do Resultado Financeiro do Exercício	48
Operações Extra-Orçamentárias	51
Receita Extra-Orçamentária	52
Despesa Extra-Orçamentária	57
Reflexos da Gestão Financeira sobre o Patrimônio Financeiro	62
BALANÇO PATRIMONIAL	65-87
Ativo do Estado	67
Ativo Financeiro	67
Ativo Permanente	68
Dívidas do Estado	72
Dívida Fundada Externa	75
Dívida Fundada Interna	76
Dívida Flutuante	83
Restos a Pagar	83
Serviço da Dívida a Pagar	84
Depósitos	85
Débitos de Tesouraria	85
Diversos	86
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	89-92
APURAÇÃO DO DESCOBERTO FINANCEIRO EM 31/12/71	93-105
CONSIDERAÇÕES FINAIS	107

**BALANÇO GERAL
DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO**

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	111
BALANÇO FINANCEIRO	112-113
Modelo Padrão	112
Análise do Modelo Padrão	113
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	114-143
Demonstração da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas ...	114
Receita	115-119
Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada	115
Demonstração da Receita por Estação Arrecadadora	117
Despesa	120-143
Demonstração da Despesa pelas Funções segundo as Categorias Econômi- cas	120
Demonstração da Despesa pelas Categorias Econômicas segundo as Fun- ções	124
Demonstração da Despesa pelas Unidades Orçamentárias segundo as Cate- gorias Econômicas	126
Demonstração da Despesa pelas Unidades Orçamentárias segundo as Fun- ções	130
Demonstração da Despesa por Rubrica	134
Créditos Especiais segundo os respectivos Recursos Financeiros	139
BALANÇO PATRIMONIAL	144
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	145-147
Modelo Padrão	145
Análise do Modelo Padrão	146
ANÁLISE DO ATIVO	148-171
Financeiro	148-156
Caixa Geral	148
Bancos	149
Exatores	153
Remessas de Exatores	154
Suprimentos a Exatores	156
Realizável	157-164
Diversos Responsáveis	157
Devedores Diversos	160
Suprimentos Autorizados	161
Prefeituras, c/Devedoras	162
Valores do Estado	164
Permanente	165-171
Prefeituras, c/Empréstimo Externo 1927	165
Devedores por Empréstimos	166
Prefeituras, c/Empréstimo Interno de Conversão da Dívida Externa	167
Participação em Sociedades de Economia Mista	168
Participações Diversas	169
Fundos para Financiamento	170
Almoxarifados	171
ANÁLISE DO PASSIVO	172-192
Financeiro	172-189
Dívida Flutuante	172
Depósitos de Consignatários	176
Depósitos de Responsáveis	177
Retenções	178
Cauções	181
Depósitos de Autarquias	186
Contribuições para Autarquias	187
Contribuições para Fundações	188
Prefeituras, c/Credoras	189
Permanente	190-192
Dívida Fundada Interna	190
Dívida Fundada Externa	192
ANÁLISE DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO	193-198
Valores em Poder de Terceiros	193
Valores Nominais Emitidos	194
Contratos Afiançados	195
Caixa de Títulos e Valores do Estado	196
Valores de Terceiros	197
Créditos Especiais Transferidos para 1972	198

ANÁLISE DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

(COMPARATIVO DA DESPESA FIXADA COM A REALIZADA, POR ÓRGÃOS ADMINISTRATIVOS, CATEGORIAS ECONÔMICAS, ELEMENTOS E RUBRICAS)

DESPESA POR CRÉDITOS ORDINÁRIOS	201-333
PODER LEGISLATIVO	201-203
Elaboração Legislativa	201
Plano de Subvenções e Auxílios	203
TRIBUNAL DE CONTAS	204-205
Controle Externo da Administração	204
PODER EXECUTIVO	206-222
Chefia do Poder Executivo	206
Plano de Subvenções e Auxílios	207
Proteção aos Desportos	208
Proteção aos Esportes	209
Caminhos Vicinais, Colonização e Legalização de Terras Devolutas	210
Julgamento de Questões Fiscais	213
Ministério Público	214
Consultoria Jurídica	215
Fomento ao Turismo	217
Representação do Estado do Rio Grande do Sul em Brasília	218
Desenvolvimento Industrial da Pesca	220
SECRETARIA DO INTERIOR E JUSTIÇA	223-230
Administração Central	223
Registro Público das Atividades Econômicas	224
Guarda de Documentos	226
Serviços Penitenciários	227
Processo Consultivo e Opinitivo (Processo Administrativo)	229
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO	231-234
Coordenação e Planejamento	231
Serviços de Estatística	232
SECRETARIA DA FAZENDA	235-246
Administração Central	235
Elaboração Orçamentária e Assessoramento Técnico	236
Revelação Contábil, Controle Interno da Administração Financeira e As-	
essoramento Técnico	237
Assistência Jurídico-Fiscal	238
Administração da Execução Financeira	239
Exação e Fiscalização Financeira	240
Fiscalização do Imposto sobre Circulação de Mercadorias	242
Encargos Gerais do Estado	243
Fundo de Reserva Orçamentária	246
SECRETARIA DA AGRICULTURA	247-258
Administração Central	247
Administração Interna	249
Fomento e Defesa da Produção Vegetal	250
Preservação e Mobilização de Recursos Naturais Renováveis	252
Fomento e Defesa da Produção Animal	255
Pesquisa de Recursos Minerais	257
SECRETARIA DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	259-262
Administração Central	259
Assistência ao Cooperativismo	260
SECRETARIA DE ENERGIA, MINAS E COMUNICAÇÕES	263-264
Administração Central	263
SECRETARIA DOS TRANSPORTES	265-266
Administração Central	265

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	267-285
Administração Central	267
Educação Primária	268
Educação Média	270
Educação Artística	272
Educação Física	273
Descentralização do Ensino Primário	275
Pesquisa, Orientação e Telecomunicações	276
Levantamentos Estatísticos	278
Assistência Social ao Escolar	279
Fiscalização do Ensino Particular	281
Difusão Cultural	282
Coordenação Regional do Ensino	284
Plano de Subvenções e Auxílios	285
SECRETARIA DA SAÚDE	287-296
Administração Central	287
Serviço de Assistência Médico-Sanitária	288
Serviço de Assistência Hospitalar	291
Produção de Insunco	293
Aperfeiçoamento, Treinamento de Pessoal e Educação Sanitária	295
SECRETARIA DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL	297-302
Administração Central	297
Assistência ao Trabalho	298
Plano Habitacional	300
Assistência Social	301
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL E OBRAS PÚBLICAS	303-308
Administração Central	303
Construção de Edifícios Públicos	304
Planejamento Regional e Urbano e Assistência Técnica aos Municípios ..	306
Construção e Condução de Parques e Jardins	307
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA	309-318
Administração Superior	309
Serviços Policiais	311
Serviços de Policiamento no Interior do Estado	313
Administração Geral da Brigada Militar e Serviços de Policiamento e de	
Guarda	315
Serviços de Prevenção e Extinção de Incêndios	317
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO	319-326
Administração Central	319
Inspeções Médicas	320
Administração do Material	321
Processamento Eletrônico de Dados	323
Serviços Gráficos do Estado	324
Administração dos Serviços de Transportes e Manutenção de Veículos ..	326
PODER JUDICIÁRIO	327-333
Tribunal de Justiça	327
Tribunais do Júri e Juizados	328
Juizado de Menores	330
Justiça Militar do Estado	332
DESPESA POR CRÉDITOS ESPECIAIS	335-345
Assemblêa Legislativa	335
Tribunal de Contas	335
Poder Executivo	335
Secretaria do Interior e Justiça	337
Secretaria de Coordenação e Planejamento	338
Secretaria da Fazenda	339
Secretaria da Agricultura	340
Secretaria da Indústria e Comércio	340
Secretaria de Energia, Minas e Comunicações	340
Secretaria de Educação e Cultura	341
Secretaria da Saúde	342
Secretaria do Desenvolvimento Regional e Obras Públicas	342
Secretaria da Segurança Pública	343
Secretaria da Administração	344
Poder Judiciário	344
Secretaria do Turismo	345

**EXPOSIÇÃO SOBRE O BALANÇO GERAL
DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO**

Porto Alegre, 25 de maio de 1972.

Exposição sobre o Balanço Geral da Administração Direta do Estado, referente ao exercício de 1971, apresentada ao Excelentíssimo Senhor Professor JOSÉ HIPÓLITO MACHADO DE CAMPOS, Digníssimo Secretário de Estado da Fazenda.

Excelentíssimo Senhor Secretário da Fazenda

Apraz-nos transmitir a Vossa Excelência o Balanço Geral da Administração Direta, pertinente ao exercício econômico-financeiro de 1971, nos termos do que estatui a Lei nº 521, de 28 de dezembro de 1948, e o Decreto nº 20.193, de 3 de março de 1970.

O Balanço Geral compreende um conjunto ordenado de peças técnicas, levantadas em consonância com a legislação vigente e com as normas da doutrina contábil.

O mencionado documento, acompanhado desta exposição, constitui a prestação de contas que compete ao Chefe do Poder Executivo apresentar à Egrégia Assembléia Legislativa do Estado, conforme mandamento contido no inciso XVII do artigo 66 da Constituição do Estado, de 27 de janeiro de 1970, e legislação complementar.

A presente exposição tem por objetivo dar uma primeira interpretação dos aspectos mais relevantes da gestão desenvolvida no último período administrativo, visando cooperar com os órgãos superiores de fiscalização e julgamento das contas governamentais. Outrossim, procura oferecer à Alta Administração do Estado subsídios úteis à execução do orçamento vigente e à formulação de planos para o futuro.

1 - DESPESAS AUTORIZADAS E RECURSOS FINANCEIROS

A despesa autorizada para o exercício econômico-financeiro de 1971, através do orçamento ordinário e de créditos adicionais, atingiu o montante de Cr\$ 2.225.431.346,40.

Os recursos financeiros vinculados aos créditos votados somaram Cr\$ 2.224.931.346,40.

O confronto dos mencionados elementos indica o resultado previsto, como se demonstra:

Despesa fixada	2.225.431.346,40
Recursos financeiros	<u>2.224.931.346,40</u>
Deficit previsto ...	<u>500.000,00</u>

Esse deficit de previsão decorre do fato de haver sido aberto um crédito extraordinário do mesmo valor, sem indicação de cobertura financeira, nos termos da legislação vigente.

Neste capítulo far-se-á minuciosa análise da despesa autorizada e dos recursos financeiros a ela vinculados.

1.1.0 - DESPESAS AUTORIZADAS

A despesa fixada para o exercício de 1971 é apreciada a seguir, segundo a natureza dos créditos.

1.1.1 - CRÉDITOS ORDINÁRIOS

O orçamento inicial, aprovado pela Lei nº 6.115, de 9 de dezembro de 1970, autorizou despesas no valor de Cr\$ 2.149.700.198,00.

Os créditos contidos no mencionado documento desdobraram-se em 2.968 rubricas, grupadas em 81 programas. A fim de ajustar a despesa autorizada às necessidades da Administração, as dotações de 744 rubricas foram suplementadas e as de 638, canceladas total ou parcialmente.

As suplementações atingiram o valor de Cr\$ 377.347.395,42 e as reduções totalizaram Cr\$ 366.892.392,41.

As especificações orçamentárias que sofreram cancelamentos mais significativos assim se discriminam:

Secretaria da Fazenda

6.08	3.1.4.0	Encargos Diversos	
	3.1.4.2	Despesas diversas da dívida flutuante	3.000.000,00
	3.2.3.0	Inativos	
	3.2.3.3	Ferrovários	
		Despesa de responsabilidade do Estado	9.500.000,00
		Despesa reembolsável pela União	4.200.000,00
	4.1.5.0	Participação em Constituição ou Aumento de Capital de Empresas ou Entidades Industriais e Agrícolas	
		Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE	16.000.000,00
		Companhia Rio-Grandense de Saneamento - CORSAN	8.000.000,00
	4.2.2.0	Participação em Constituição ou Aumento de Capital de Empresas ou Entidades Comerciais ou Financeiras	
		Companhia Rio-Grandense de Telecomunicações - CRT	10.000.000,00
		Companhia Estadual de Silos e Armazéns - CESA	3.540.000,00
	4.2.4.0	Constituição de Fundos Rotativos	
		Constituição do Fundo de Expansão Industrial do Rio Grande do Sul	3.500.000,00
	4.3.5.0	Contribuições Diversas	
		Para o Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais ..	4.000.000,00

6.09 3.1.4.0 Encargos Diversos
 Em geral 165.858.732,18
 Para Educação e Cultura 83.324.692,00

Secretaria da Segurança Pública

15.04 3.1.2.0 Material de Consumo
 3.1.2.13 Material para conservação de
 veículos 3.026.700,00

O quadro que segue demonstra os créditos ordinários, classificados por categorias e subcategorias econômicas, com a indicação das dotações iniciais, das alterações decretadas e das dotações resultantes.

CRÉDITOS ORDINÁRIOS

CATEGORIAS ECONÔMICAS	DOTAÇÃO INICIAL	SUPLEMENTAÇÕES	REDUÇÕES	DOTAÇÃO ALTERADA
DESPESAS CORRENTES				
Despesas de Custeio	889.346.575,00	312.902.563,96	285.143.461,17	917.105.677,79
Transferências Correntes	767.023.055,00	52.057.989,91	23.066.397,00	796.014.647,91
Subtotal	1.656.369.630,00	364.960.553,87	308.209.858,17	1.713.120.325,70
DESPESAS DE CAPITAL				
Investimentos	184.290.370,00	6.173.441,55	32.343.534,24	158.120.277,31
Inversões Financeiras ..	59.759.364,00	5.140.000,00	17.040.000,00	46.859.364,00
Transferências de Capital	250.260.834,00	1.073.400,00	9.299.000,00	242.034.234,00
Subtotal	493.310.568,00	12.386.841,55	58.682.534,24	447.014.875,31
TOTAL	2.149.700.198,00	377.347.395,42	366.892.392,41	2.160.155.201,01

As alterações de que foi passível a despesa fixada através do orçamento, podem ser assim sintetizadas:

Orçamento inicial	2.149.700.198,00
Mais: Suplementações	377.347.395,42
Menos: Reduções	<u>366.892.392,41</u>
Orçamento com as alterações decreta- das	<u>2.160.155.201,01</u>

1.1.2 - CRÉDITOS ESPECIAIS

Os 88 créditos especiais que tiveram vigência em 1971 somaram Cr\$ 64.776.145,39, equivalentes a 2,9 % do total da despesa fixada. No ano anterior vigoraram 143 adicionais dessa espécie, do valor de Cr\$ 83.081.363,79, correspondentes a 4,5 % do montante da despesa autorizada.

Como se vê, houve uma redução tanto na quantidade como no valor desses adicionais e, ainda, em relação à sua participação no total dos créditos votados, o que se constitui em notável progresso no que respeita à técnica orçamentária.

Outro aspecto positivo a ressaltar diz respeito ao abandono da condenável prática utilizada em anos anteriores que consistia na transferência, para o exercício seguinte, dos créditos especiais abertos, visando evitar a prescrição dos recursos pertinentes às dotações orçamentárias cujo cancelamento parcial ou total servia de cobertura financeira a esses adicionais.

Dos 88 adicionais da espécie sob exame, 52 foram transferidos de 1970 e os restantes abertos no exercício, como se demonstra:

Créditos transferidos de 1970	44.050.169,31	
Menos: Reduções	<u>10.557.997,94</u>	33.492.171,37
Créditos abertos em 1971		<u>31.283.974,02</u>
Total dos créditos especiais que vigoraram em 1971		<u>64.776.145,39</u>

A destinação dos créditos especiais vigorantes em 1971 é discriminada a seguir:

Pagamento de despesas de exercícios anteriores, inclusive as de pessoal		11.264.438,05
Obras públicas		1.889.319,00
Auxílios diversos		6.093.072,01
Auxílios a municípios		2.870.000,00
Compensação referente ao ICM pago pelas indústrias de formol e de madeira aglomerada e prensada com resina sintética		6.300.000,00
Participação em constituição ou aumento de capital de empresas ou entidades comerciais ou financeiras		8.606.000,00
Investimentos, equipamentos e instalações		2.761.637,08
Participação em constituição ou aumento de capital de empresas ou entidades industriais e agrícolas		6.804.344,00
Aquisição e desapropriação de imóveis		704.698,12
Equipamentos e instalações para TV Educativa		8.404.453,34
Despesas com o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP		6.000.000,00
Contribuições diversas		496.823,88
Para outros fins		<u>2.581.359,91</u>
		<u>64.776.145,39</u>

Para concluir a apreciação dos créditos especiais, cumpre esclarecer que somente seis foram transferidos para o exercício de 1972, no valor de Cr\$ 4.011.055,91, fato digno dos maiores encômios.

1.1.3 - CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS

No exercício de 1971 vigorou somente um crédito extraordinário, do valor de Cr\$ 500.000,00, destinado a atender despesas com a recuperação da área afetada e prestar assistência aos prejudicados pela catástrofe que atingiu os municípios de Gramado e Três Coroas, no dia 9 de fevereiro do ano findo.

1.2.0 - RECURSOS FINANCEIROS

Foram utilizados recursos no valor de
Cr\$ 2.224.931.346,40 para dar cobertura à despesa autorizada.

Para efeitos de análise, os recursos financeiros são desdobrados em três grupos, examinados, a seguir, individualmente.

1.2.1 - FUNDO GERAL

O Fundo Geral compreende as receitas que dão cobertura genérica aos gastos gerais. Neste grupo não estão incluídas, portanto, as receitas afetadas e o produto das operações de crédito.

Os recursos desta categoria são desdobrados, com o objetivo de tornar a análise mais elucidativa, em dois subgrupos, a saber: os da competência do exercício e os da competência de exercícios anteriores. Estes últimos vinculam-se a créditos especiais transferidos de 1970 para o exercício sob exame.

Os componentes do Fundo Geral que deram cobertura a créditos vigentes em 1971 são especificados a seguir:

I - Recursos da competência do exercício de 1971

a) Para cobertura de créditos ordinários

Receita orçada 2.149.700.198,00

Menos:

Parcela de 20% do imposto de circulação de mercadorias orçado, destinada a constituir o Fundo de Participação dos Municípios	276.734.100,00	
Taxa Rodoviária Única Parcela destinada ao Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem	18.900.000,00	
Parcela destinada às Prefeituras Municipais	13.500.000,00	
Taxa de Cooperação para Construção de Silos e Armazéns	7.660.000,00	
Transferências do Departamento da Loteria do Estado		
Vinculadas ao art. 39 da Lei 4.631/63 ...	598.000,00	
Vinculadas ao art. 99 da Lei 4.760/64 ...	2.725.020,00	
Operações de crédito orçadas	395.947.370,00	
Quota-parte do imposto único sobre energia elétrica	10.613.000,00	
Valor dos recursos do Fundo Geral que deram cobertura a dotações orçamentárias canceladas para servir de recurso a créditos especiais	<u>5.193.258,14</u>	<u>731.870.748,14</u>
		<u>1.417.829.449,86</u>

b) Para cobertura de créditos especiais		
Recursos do Fundo Geral vinculados a dotações orçamentárias canceladas para dar cobertura a créditos especiais		<u>5.193.258,14</u>
		<u>1.423.022.708,00</u>

II - Recursos da competência de exercícios anteriores

a) Para cobertura de créditos ordinários		
Recursos do exercício de 1969		
Redução de dotações	24.027,13	
Recursos do exercício de 1970		
Redução de dotações	<u>63.972,87</u>	88.000,00
b) Para cobertura de créditos especiais		
Recursos do orçamento de 1970		
Redução de dotações		<u>13.603.119,14</u>
		<u>13.691.119,14</u>

Os recursos sob exame podem ser apreciados, também, da seguinte forma:

Para cobertura de créditos ordinários		
Recursos do exercício de 1971	1.417.829.449,86	
Recursos de exercícios anteriores	<u>88.000,00</u>	1.417.917.449,86
Para cobertura de créditos especiais		
Recursos do exercício de 1971	5.193.258,14	
Recursos de exercícios anteriores	<u>13.603.119,14</u>	<u>18.796.377,28</u>
		<u>1.436.713.827,14</u>

1.2.2 - FUNDOS ESPECIAIS

Constituem Fundos Especiais, nos termos do que preceitua o artigo 71 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, as receitas vinculadas à realização de determinados objetivos ou serviços, salvo a receita de operações de crédito.

Os componentes deste grupo são detalhados a seguir, observadas a competência dos exercícios e a natureza dos créditos a que se vincularam.

I - Recursos da competência do exercício de 1971

Para cobertura de créditos ordinários		
Parcela de 20% do imposto de circulação de mercadorias orçado, destinada a constituir o Fundo de Participação dos Municípios ..		276.734.100,00
Taxa Rodoviária Única:		
Destinada ao Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem		18.900.000,00
Destinada aos municípios		
Previsão orçamentária		13.500.000,00
Maior arrecadação estimada		1.500.000,00
Taxa de Cooperação para Construção de Silos e Armazéns		
Previsão orçamentária		7.660.000,00
Maior arrecadação estimada		4.340.000,00
Transferências do Departamento da Loteria do Estado		
Vinculadas ao art. 39 da Lei 4.631/63		
Previsão orçamentária		598.000,00
Vinculadas ao art. 99 da Lei 4.760/64		
Previsão orçamentária ...	2.725.020,00	
Maior arrecadação estimada	<u>1.035.601,79</u>	3.760.621,79
Quota-parte do imposto único sobre energia elétrica		<u>10.613.000,00</u>
		<u>337.605.721,79</u>

II - Recursos da competência de exercícios anteriores

Para cobertura de créditos ordinários

Recursos do exercício de 1970

Maior arrecadação referente à parcela de 20 % do imposto de circulação de mercadorias, destinada à formação do Fundo de Participação dos Municípios		4.100.920,62
Transferências do Departamento da Loteria do Estado		
Vinculadas ao art. 3º da Lei 4.631/63	73.400,00	
Vinculadas ao art. 9º da Lei 4.760/64	<u>535.874,50</u>	<u>609.274,50</u>
		<u>4.710.195,12</u>

Os elementos integrantes dos Fundos Especiais podem ser apresentados, também, da seguinte forma:

Para cobertura de créditos ordinários

Recursos do exercício de 1971....	337.605.721,79
Recursos de exercícios anteriores	<u>4.710.195,12</u>
	<u>342.315.916,91</u>

1.2.3 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO

O último grupo de recursos que deram cobertura à despesa autorizada é constituído pelas operações de crédito.

Estes recursos, para serem melhor apreciados, são desdobrados nas seguintes classes: operações de créditos realizáveis, empréstimos cujo produto foi recebido em exercícios anteriores e operações que não apresentavam possibilidade de realização.

Segundo o critério exposto, as operações de crédito são apreciadas a seguir:

I - Operações de crédito realizáveis

a) Para cobertura de créditos ordinários

Empréstimo Apólices Reajustáveis do Estado do Rio Grande do Sul - Lei 5.121, de 6/12/65		
Dec. 20.571, de 30/9/70 - 5a. série	1.705.464,24	
Empréstimo em apólices Lei 6.054/70		
Dec. 20.611, de 16/10/70	586.000,00	
Empréstimo com o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - Lei 6.164, de 31/12/70	<u>1.683.000,00</u>	<u>3.974.464,24</u>

b) Para cobertura de créditos especiais

Empréstimo Apólices Reajustáveis do Estado do Rio Grande do Sul - Lei 5.121, de 6/12/65		
Dec. 17.806, de 16/2/66 - 1a. série	238.018,30	
Dec. 18.769, de 4/12/67 - 2a. série	127.267,94	
Dec. 18.873-B, de 30/12/67 - 3a. série	855.000,00	
Dec. 20.008, de 5/12/69 - 4a. série	1.803.534,90	
Dec. 20.571, de 30/9/70 - 5a. série	7.904.866,27	
Empréstimo em apólices Lei 6.054/70		
Dec. 20.611, de 16/10/70	10.258.000,00	
Empréstimo em apólices Lei 6.076/70		
Dec. 20.721, de 27/11/70	15.940.435,42	
The Marconi Company Limited, c/Financiamento TV Educativa - Dec. Legislativo 2.761, de 21/5/70 e Lei 6.123, de 18/12/70 ..		
	5.796.980,98	
EMI Electronics Limited, c/Financiamento TV Educativa - Dec. Legislativo 2.811, de 26/11/70, e Lei 6.123, de 18/12/70		
	1.247.472,36	
Empréstimo "Financiadora de Estudos, Projetos e Programas S.A. - FINEP" - Vale Taquari-Antas - Lei 6.162, de 31/12/70		
	<u>1.564.919,00</u>	<u>45.736.495,17</u>
		<u>49.710.959,41</u>

II - Operações de crédito cujo produto foi recebido em exercícios anteriores

Para cobertura de créditos especiais

Empréstimo contratado com o Banco do Brasil S.A. - Lei 5.587, de 29/12/67, alterada pelas Leis 5.628 e 5.681, de 15/7/68 e 4/12/68, respectivamente	243.272,94
---	------------

III - Operações de crédito que não apresentavam possibilidade de realização

Para cobertura de créditos ordinários

Previsão orçamentária de receitas de operações de crédito, correspondente a empréstimos não ultimados	<u>395.947.370,00</u>
---	-----------------------

Sob outro ângulo, os recursos de operações de crédito podem ser vistos como segue:

Para cobertura de créditos ordinários

Operações de crédito realizáveis	3.974.464,24	
Operações de crédito que não apresentavam possibilidade de realização	<u>395.947.370,00</u>	399.921.834,24

Para cobertura de créditos especiais

Operações de crédito realizáveis	45.736.495,17	
Operações de crédito cujo produto foi recebido em exercícios anteriores	<u>243.272,94</u>	<u>45.979.768,11</u>
		<u>445.901.602,35</u>

1.3.0 - RESULTADO PRESUMÍVEL DO EXERCÍCIO

O resultado presumível do exercício é obtido mediante o confronto do valor dos recursos financeiros com o montante da despesa autorizada.

Deve-se ter presente, todavia, que, enquanto as autorizações de despesa podem ser utilizadas integralmente, os recursos financeiros incluem parcelas já realizadas em exercícios anteriores e outras sem condições de serem efetivadas.

Para a determinação do resultado presumível de 1971, portanto, serão considerados somente os recursos do exercício, tanto os que integram o Fundo Geral, como os compreendidos nos Fundos Especiais, além das operações de crédito realizáveis, como se demonstra:

DESPESA FIXADA

Créditos ordinários	2.160.155.201,01	
Créditos especiais	64.776.145,39	
Créditos extraordinários ...	<u>500.000,00</u>	2.225.431.346,40

RECURSOS FINANCEIROS

Fundo Geral		
Da competência do exercício	1.423.022.708,00	
Fundos Especiais		
Da competência do exercício	337.605.721,79	
Operações de crédito		
Empréstimos realizáveis ...	<u>49.710.959,41</u>	<u>1.810.339.389,20</u>
DEFICIT PRESUMÍVEL DO EXERCÍCIO		<u>415.091.957,20</u>

2 - BALANÇO FINANCEIRO

As operações financeiras realizadas - tanto as orçamentárias como as extra-orçamentárias - são sintetizadas no Balanço Financeiro.

Dito documento, juntamente com os numerosos anexos que detalham a receita e a despesa realizadas, constitui a peça fundamental para o exame e julgamento da gestão financeira desenvolvida. Outra função do Balanço em apreço consiste em evidenciar as alterações experimentadas pelo patrimônio financeiro em decorrência das operações da mesma natureza realizadas no último ano fiscal.

O presente capítulo objetiva apreciar pormenorizadamente a execução orçamentária e as operações que se realizam, pela sua natureza, à margem da Lei de Meios, bem como o resultado financeiro.

2.1.0 - EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO

Na sua expressão mais simples, eis como se apresenta a execução orçamentária de 1971 e o respectivo resultado:

DESPESA REALIZADA		
Despesas Correntes	1.593.171.029,32	
Despesas de Capital	<u>364.674.021,81</u>	1.957.845.051,13
RECEITA REALIZADA		
Receitas Correntes	1.766.399.089,80	
Receitas de Capital	<u>153.126.956,55</u>	<u>1.919.526.046,35</u>
RESULTADO FINANCEIRO		
Deficit		<u>38.319.004,78</u>

Indica-se, a seguir, o resultado financeiro apurado nos últimos cinco anos, e a respectiva relação percentual sobre a despesa:

Ano	Deficit financeiro	Percentagem do deficit financeiro sobre a despesa realizada
1967	103.401.290,16	17,9
1968	114.462.458,98	12,6
1969	192.888.785,32	15,8
1970	81.430.534,80	5,2
1971	38.319.004,78	1,9

Os dados expostos revelam que o deficit de 1971 é o menor do período em exame, não só em números absolutos, mas principalmente em relação ao total da despesa.

Considerando-se que o deficit presumível se elevava a Cr\$ 415.091.957,20, conforme apuração constante do capítulo inicial, o resultado obtido, embora deficitário, é altamente significativo.

A apreciável redução do deficit presumível é fruto da política adotada na execução do orçamento, que consistiu no incremento da receita e na contenção da despesa.

Em consequência das medidas postas em prática, a receita realizada superou, ainda que por pequena margem, os recursos financeiros considerados realizáveis, como se vê:

Receita realizada	1.919.526.046,35
Menos: Recursos financeiros	<u>1.810.339.389,20</u>
Maior receita	<u>109.186.657,15</u>

Graças à compressão, a despesa realizada ficou adstrita a 87,9 % dos créditos votados, a saber:

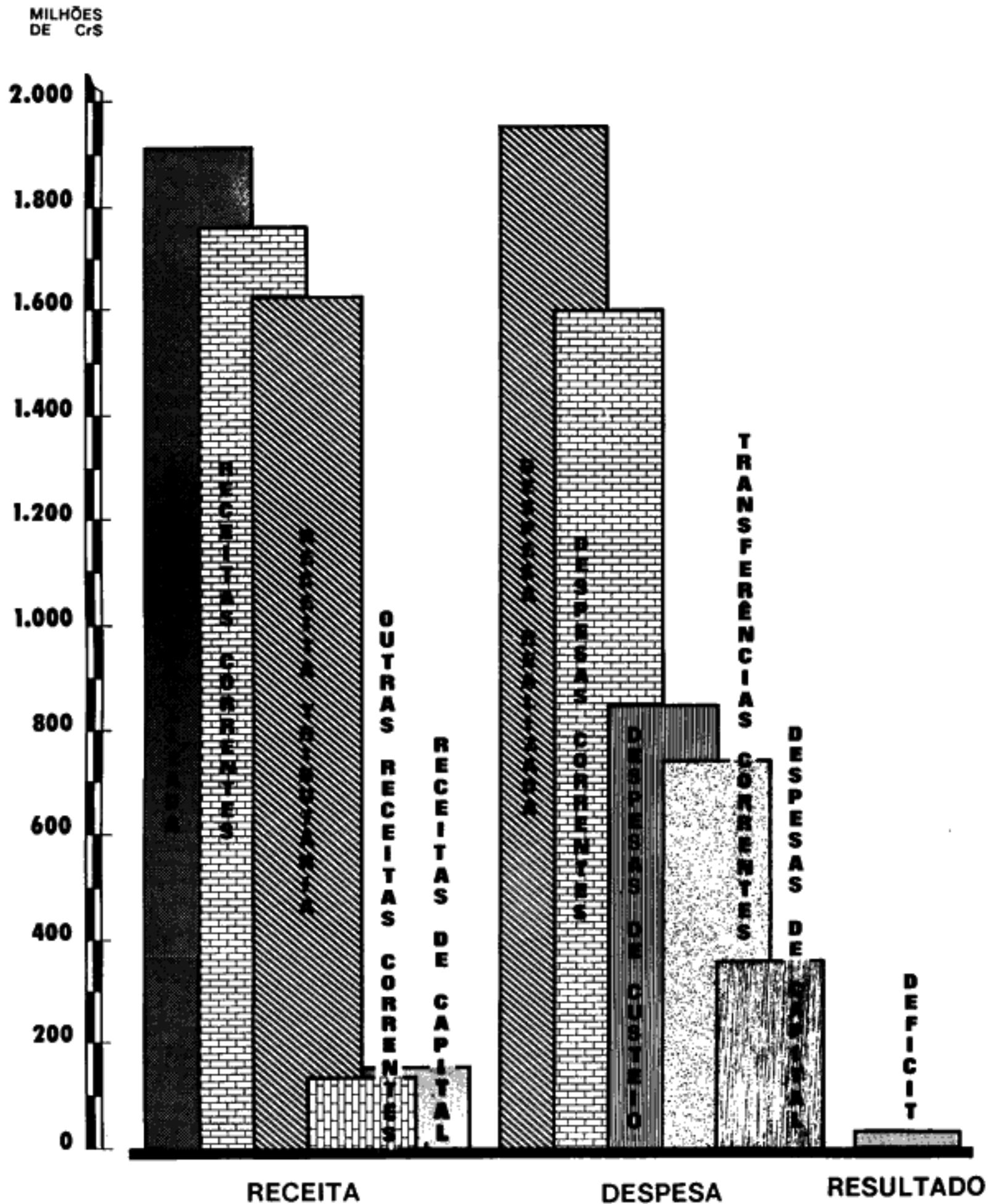
Despesa fixada	2.225.431.346,40
Menos: Despesa realizada	<u>1.957.845.051,13</u>
Menor despesa	<u>267.586.295,27</u>

Tais fatos resultaram na redução do deficit presumível do exercício, como se demonstra:

Deficit presumível do exercício	415.091.957,20
Menos: Menor despesa	267.586.295,27
Maior receita	<u>109.186.657,15</u>
Deficit do exercício	<u>376.772.952,42</u>
	<u>38.319.004,78</u>

No gráfico que segue figuram, além do resultado financeiro do exercício, a receita e despesa classificadas, a primeira, por categorias, subcategorias econômicas e fontes e a outra, por categorias e subcategorias econômicas.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA



2.1.1 - ANÁLISE DA RECEITA

No exercício de 1971 a receita orçamentária totalizou Cr\$ 1.919.526.046,35, experimentando um acréscimo de 30,1 % em relação ao ano anterior.

Conquanto os recursos considerados realizáveis tenham sido ultrapassados pela receita realizada, o mesmo não se verificou em relação à estimativa orçamentária, cifrada em Cr\$ 2.149.700.198,00. A arrecadação a menor foi da ordem de Cr\$ 230.174.151,65.

Responde decisivamente por essa menor receita a elevada previsão de operações de crédito.

O detalhamento da receita realizada, desdobrando-a por categorias econômicas, fontes e rubricas, em confronto com as estimativas, e, ainda, segundo as estações arrecadadoras, encontra-se no Balanço Financeiro e seus anexos.

Sinteticamente, a execução da receita assim se apresenta:

Receitas Correntes	Orçada	Arrecadada
I - Tributária		
Impostos	1.403.670.500,00	1.549.462.968,24
Taxas	106.694.000,00	79.314.448,18
Contribuição de Melhoria	10.000.000,00	-
	<u>1.520.364.500,00</u>	<u>1.628.777.416,42</u>
II - Patrimonial	6.672.450,00	10.203.671,90
III - Industrial	8.599.194,00	11.388.030,39
IV - Transferências Correntes	71.442.020,00	44.135.030,23
V - Receitas Diversas	<u>79.120.000,00</u>	<u>71.894.940,86</u>
	<u>1.686.198.164,00</u>	<u>1.766.399.089,80</u>
Receitas de Capital		
Operações de Crédito	395.947.370,00	56.326.068,48
Transferências de Capital ..	42.279.664,00	56.979.293,06
Diversas	<u>25.275.000,00</u>	<u>39.821.595,01</u>
	<u>2.149.700.198,00</u>	<u>1.919.526.046,35</u>

A seguir, far-se-á minucioso exame da receita realizada.

2.1.1.1 - RECEITAS CORRENTES

Nesta categoria econômica os ingressos atingiram o montante de Cr\$ 1.766.399.089,80, verificando-se uma arrecadação a maior de Cr\$ 80.200.925,80. A seguir, essas receitas serão apreciadas por fontes e rubricas.

RECEITA TRIBUTÁRIA

A receita tributária compreende os impostos, taxas e contribuições de melhoria.

O período administrativo sob exame assinala o quinto ano de vigência do novo sistema tributário.

Nesse período, a arrecadação desta espécie assim se desenvolveu, em números absolutos e relativos:

Ano	Receita tributária	Receita de impostos		Receita de taxas	
		NºS absolutos	%	NºS absolutos	%
1967	450.325.978,86	436.917.111,39	97,0	13.408.867,46	3,0
1968	663.316.848,80	647.397.890,92	97,6	15.918.957,88	2,4
1969	892.531.435,07	871.802.375,30	97,7	20.729.059,77	2,3
1970	1.180.735.306,89	1.133.684.194,55	96,0	47.051.112,34	4,0
1971	1.628.777.416,42	1.549.462.968,24	95,1	79.314.448,18	4,9

Os dados expostos evidenciam que, dentre os ingressos de origem tributária, predominam os proporcionados pelos impostos.

Os mesmos algarismos revelam, ainda, um aumento da participação das taxas na formação da receita tributária, a partir de 1970. Tal incremento deve-se à inclusão no elenco dessa espécie, a partir do mencionado ano, das taxas de cooperação para construção de silos e armazéns e rodoviária única.

A inclusão da primeira taxa citada resultou da criação da Companhia Estadual de Silos e Armazéns, que substituiu instituição autárquica com a mesma finalidade da novel empresa. A outra passou a ser cobrada em 1970.

O confronto da receita tributária com a receita geral do Estado, no último lustro, pode ser dividido através dos números que se alinham:

Ano	Receita geral	Receita tributária	Percentagem da receita tributária sobre a receita geral
1967	558.383.001,97	450.325.978,86	80,65
1968	790.835.534,70	663.316.848,80	83,88
1969	1.020.640.977,89	892.531.435,07	87,45
1970	1.474.863.698,07	1.180.735.306,89	80,05
1971	1.919.526.046,35	1.628.777.416,42	84,85

Impostos - Os dois impostos da competência do Estado atingiram o montante de Cr\$ 1.549.462.968,24, ultrapassando em Cr\$ 145.792.468,24 a previsão orçamentária respectiva, cifrada em Cr\$ 1.403.670.500,00.

A evolução dos impostos, nos últimos cinco anos, é apresentada a seguir, em números absolutos e relativos, dando-se em termos percentuais o incremento em relação ao ano anterior.

Ano	Receita de impostos	Índice	Crescimento em relação ao ano anterior
1967	436.917.111,39	100	-
1968	647.397.890,92	148	48,17
1969	871.802.375,30	199	34,66
1970	1.133.684.194,55	259	30,04
1971	1.549.462.968,24	355	36,67

Os percentuais apresentados indicam que o ritmo de crescimento dos impostos aumentou em 1971, sendo superado somente pelo índice de 1968, em que pese a redução, no último ano, da alíquota do imposto de circulação de mercadorias, responsável pela maior parte da receita de impostos.

São os seguintes os ingressos originários da cobrança de impostos:

	Previsão	Arrecadação	Diferença
Imposto sobre a transmissão de bens imóveis e de direitos a eles relativos	20.000.000,00	19.867.998,43 -	132.001,57
Imposto de circulação de mercadorias	<u>1.383.670.500,00</u>	<u>1.529.594.969,81</u>	<u>+145.924.469,81</u>
	<u>1.403.670.500,00</u>	<u>1.549.462.968,24</u>	<u>+145.792.468,24</u>

Quantitativamente, o imposto de circulação de mercadorias se constitui no mais importante tributo e fonte de recursos estadual. Sua evolução, desde que foi implantado em 1967, assim se demonstra:

Ano	Arrecadação	Índice	Percentagem de aumento em relação ao ano anterior
1967	430.429.552,84	100	-
1968	640.403.060,67	149	48,78
1969	862.380.401,46	200	34,66
1970	1.120.504.603,10	260	23,04
1971	1.529.594.969,81	355	36,51

A análise comparativa do incremento do tributo em questão revela que o maior índice em relação ao exercício anterior ocorreu no segundo ano de implantação do Código Tributário Nacional. O notável aumento ocorrido em 1968 resulta, em parte, da elevação da alíquota que, de 15 % no início daquele ano, passou para 16 % no mês de abril e 17 % a partir de maio.

No exercício de 1971 vigorou a alíquota de 16,5 %.

Por outro lado, a arrecadação do imposto sobre a transmissão de bens imóveis e de direitos a eles relativos, também instituído em 1967, situou-se no montante de Cr\$ 19.867.998,43. Sua evolução, nos cinco anos de vigência, foi bastante modesta, conforme revelam os seguintes dados:

Ano	Arrecadação	Índice
1967	6.487.518,55	100
1968	6.994.830,25	108
1969	9.421.973,84	145
1970	13.179.591,45	203
1971	19.867.998,43	306

Taxas - A arrecadação originária da cobrança de taxas, no exercício em exame, atingiu a importância de Cr\$ 79.314.448,18, situando-se aquém da respectiva previsão em Cr\$ 27.379.551,82.

No demonstrativo que segue, a receita proporcionada por estes tributos é comparada com a estimativa orçamentária.

	Previsão	Arrecadação	Diferença
Taxa de segurança pública	6.000.000,00	10.677.189,50	+ 4.677.189,50
Taxa de serviços de trânsito - em geral	7.200.000,00	10.036.241,70	+ 2.836.241,70
Taxa rodoviária única	54.000.000,00	37.472.268,89	-16.527.731,11
Taxa de expediente ..	1.530.000,00	1.778.347,56	+ 248.347,56
Taxa judiciária	1.730.000,00	1.914.553,39	+ 184.553,39
Taxa de saúde pública	3.480.000,00	4.708.015,44	+ 1.228.015,44
Taxa de cooperação - ovinos	94.000,00	86.908,46	- 7.091,54
Taxa de pedágio	20.000.000,00	-	-20.000.000,00
Taxa de defesa sanitária animal	5.000.000,00	-	- 5.000.000,00
Taxa de cooperação para construção de silos e armazéns	7.660.000,00	12.640.923,24	+ 4.980.923,24
	<u>106.694.000,00</u>	<u>79.314.448,18</u>	<u>-27.379.551,82</u>

Os dados alinhados evidenciam que a arrecadação de seis taxas ultrapassou a estimativa, ao passo que a de quatro não atingiu o montante previsto.

Embora tenha ficado aquém da previsão orçamentária, a taxa rodoviária única foi a que apresentou maior soma de receita, representando quase a metade dos ingressos da categoria.

Como já ocorreu no exercício de 1970, nada foi arrecadado à conta das taxas de pedágio e de defesa sanitária animal. A primeira, cuja cobrança foi autorizada pelo artigo 15 da Lei nº 942, de 28 de dezembro de 1949, depende de regulamentação, enquanto o projeto de criação da outra não chegou a ser votado.

O comportamento da arrecadação das taxas, nos últimos cinco anos, é demonstrado a seguir, em números absolutos e relativos:

Ano	Arrecadação	Índice
Taxa de segurança pública		
1967	2.124.717,78	100
1968	2.766.869,28	130
1969	3.832.915,87	180
1970	8.022.138,99	378
1971	10.677.189,50	502
Taxa de serviços do trânsito		
1967	8.731.639,65	100
1968	10.162.146,04	116
1969	12.981.276,83	149
1970	7.089.877,22	81
1971	10.036.241,70	115
Taxa rodoviária única		
1970	16.540.087,25	100
1971	37.472.268,89	226
Taxa de expediente		
1967	779.230,89	100
1968	788.592,46	101
1969	1.072.111,10	138
1970	1.554.710,78	200
1971	1.778.347,56	228
Taxa judiciária		
1967	669.485,72	100
1968	836.351,02	125
1969	1.115.304,19	166
1970	1.406.280,42	210
1971	1.914.553,39	286
Taxa de saúde pública		
1967	1.054.891,02	100
1968	1.318.809,54	125
1969	1.665.318,07	158
1970	3.175.641,33	301
1971	4.708.015,44	446
Taxa de cooperação - ovinos		
1967	48.902,39	100
1968	46.189,54	94
1969	62.133,71	127
1970	81.481,59	167
1971	86.908,46	178
Taxa de cooperação para construção de silos e armazéns		
1967	667.895,43	100
1968	2.189.453,06	328
1969	2.796.709,90	419
1970	4.938.072,78	739
1971	12.640.923,24	1893

Contribuição de melhoria - Por falta de regulamentação da Lei nº 5.907, de 24 de dezembro de 1969, que instituiu a "contribuição de melhoria", esta não foi lançada nem cobrada, a exemplo do que vem ocorrendo desde aquele ano, embora figurasse no orçamento com uma previsão de Cr\$ 10.000.000,00.

RECEITA PATRIMONIAL

Os ingressos oriundos do patrimônio do Estado, orçados em Cr\$ 6.672.450,00, totalizaram Cr\$ 10.203.671,90, proporcionando uma arrecadação a maior da ordem de Cr\$ 3.531.221,90.

Sinteticamente, assim se apresenta a receita patrimonial, ao término do período administrativo:

	Previsão	Arrecadação	Diferença
Receitas imobiliárias	160.150,00	323.901,10	+ 163.751,10
Receitas de valores mobiliários	2.800,00	-	- 2.800,00
Participações e dividendos	6.500.000,00	9.035.520,47	+2.535.520,47
Outras receitas patrimoniais	9.500,00	844.250,33	+ 834.750,33
	<u>6.672.450,00</u>	<u>10.203.671,90</u>	<u>+3.531.221,90</u>

As "receitas imobiliárias" compreendem os ingressos classificados nas rubricas "aluguéis de imóveis", "exploração de terras e matos" e "foros e laudêmios", que totalizaram Cr\$ 11.762,89, Cr\$ 52.562,62 e Cr\$ 259.575,59, respectivamente.

Sob a classificação "juros de títulos", integrante do grupo "receitas de valores mobiliários" e cujo ingresso foi estimado em Cr\$ 2.800,00, nada foi arrecadado.

A receita classificada em "participações e dividendos" é oriunda de rendimentos distribuídos ao Estado pela Petróleo Brasileiro S. A. - Cr\$ 4.107.533,27, "VARIG" S. A. (Viação Aérea Rio-Grandense) - Cr\$ 202.805,16 e Banco do Estado do Rio Grande do Sul S. A. - Cr\$ 4.028.434,06.

Figura, também, nesse grupo, o resultado operacional da Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S. A., totalizando Cr\$ 696.747,98.

Finalmente, em outras receitas patrimoniais classificam-se os juros auferidos sobre depósitos especiais que atingiram Cr\$ 19.952,51 e os juros de empréstimos concedidos, cifrados em Cr\$ 824.297,82.

RECEITA INDUSTRIAL

Os ingressos originários dos diversos estabelecimentos industriais do Estado somaram Cr\$ 11.388.030,39, superando em Cr\$ 2.788.836,39 a estimativa orçamentária.

Dos treze estabelecimentos constantes do orçamento, cinco propiciaram rendas apreciáveis, adequadamente incorporadas à receita geral. Os restantes, todavia, deixaram de efetuar qualquer produção ou retiveram a receita arrecadada, aplicando-a diretamente, de modo contrário à legislação em vigor.

A receita proporcionada pelos primeiros, em confronto com a respectiva previsão, assim se desdobra:

	Previsão	Arrecadação	Diferença
Hospital Psiquiátrico São Pedro	1.560.000,00	929.652,58	- 630.347,42
Recreação Pública ...	189.700,00	351.430,87	+ 161.730,87
Departamento de Imprensa Oficial	5.497.304,00	9.929.727,00	+4.432.423,00
Centro de Processamento Eletrônico de Dados	-	117.091,14	+ 117.091,14
Produto da Venda da Revista do Tribunal de Justiça	-	60.000,00	+ 60.000,00
	<u>7.247.004,00</u>	<u>11.387.901,59</u>	<u>+4.140.897,59</u>

As unidades que atuaram ao arrepio da lei ou que nada produziram são enumeradas a seguir, com a indicação do quantitativo orçado para cada uma:

Serviço de Pesos e Medidas	397.800,00
Secretaria do Interior e Justiça	
Oficinas da Penitenciária Estadual	5.000,00
Penitenciária Agrícola e Colônia Penal Agrícola	5.000,00
Secretaria da Agricultura	
Departamento da Produção Vegetal	700.000,00
Departamento de Recursos Naturais e Renováveis	50.000,00
Departamento da Produção Animal ..	150.000,00
Secção de Informações e Propaganda Agrícola	25.000,00
Produção da Lavoura e Pecuária ...	19.390,00
	<u>1.352.190,00</u>

Convém esclarecer que o Departamento da Produção Animal da Secretaria da Agricultura recolheu a ínfima quantia de Cr\$ 128,80, para a estimativa de Cr\$ 150.000,00.

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

A receita obtida sob este título totalizou Cr\$ 44.135.030,23, constatando-se uma arrecadação a menor da ordem de Cr\$ 27.306.989,77.

Os dados que se alinham demonstram a origem desses ingressos, comparativamente com as respectivas previsões:



	Previsão	Arrecadação	Diferença
Imposto de renda retido na fonte	5.000.000,00	8.483.697,98	+ 3.483.697,98
Contribuições dos Municípios			
Para o empréstimo externo de 1927	55.000,00	258.940,14	+ 203.940,14
Para o empréstimo externo da Prefeitura de Pelotas	30.000,00	74.418,58	+ 44.418,58
Contribuição de melhoria de proventos de servidores inativos	47.000.000,00	30.124.960,74	-16.875.039,26
Contribuição para aposentadoria dos servidores da Justiça ...	1.132.000,00	1.219.449,00	+ 87.449,00
Contribuição do Departamento da Loteria do Estado	<u>2.725.020,00</u>	<u>3.973.563,79</u>	<u>+ 1.248.543,79</u>
	<u>55.942.020,00</u>	<u>44.135.030,23</u>	<u>-11.806.989,77</u>

A "contribuição de melhoria de proventos de servidores inativos" foi a única rubrica cuja receita não atingiu a estimativa.

Na fonte sob exame figura, ainda, o "salário-educação" que vem sendo recebido e aplicado diretamente pela Secretaria da Educação e Cultura, sem passar pelo mecanismo orçamentário. Os recursos dessa espécie foram estimados, no ano findo, em Cr\$ 15.500.000,00.

Esse fato e o apontado na análise da receita industrial desfiguram as apurações contábeis.

RECEITAS DIVERSAS

Neste grupo verificaram-se ingressos no total de Cr\$ 71.894.940,86, inferior em Cr\$ 7.225.059,14 à receita orçada.

A quantia arrecadada assim se discrimina:

	Previsão	Arrecadação	Diferença
Multas	8.000.000,00	11.162.661,90	+ 3.162.661,90
Indenizações e restituições	40.000.000,00	43.934.445,50	+ 3.934.445,50
Cobrança da dívida ativa	15.000.000,00	15.657.070,59	+ 657.070,59
Receita de exercícios anteriores	1.000.000,00	491.140,19	- 508.859,81
Anuidades escolares - Ensino médio	15.000.000,00	-	-15.000.000,00
Outras receitas	<u>120.000,00</u>	<u>649.622,68</u>	<u>+ 529.622,68</u>
	<u>79.120.000,00</u>	<u>71.894.940,86</u>	<u>+ 7.225.059,14</u>

A rubrica "indenizações e restituições" destaca-se das demais pelo volume de receita produzido. Do total registrado, Cr\$ 40.408.548,11 resultaram do cancelamento de despesas imputadas a exercícios anteriores e Cr\$ 3.525.897,39, da substituição das placas de veículos efetuada em 1971.

Merecem ser citadas, ainda, pelo montante de ingressos que proporcionaram, as rubricas "cobrança da dívida ativa" e "multas".

Os ingressos oriundos da "cobrança da dívida ativa" são comparados a seguir com o valor dos créditos existentes no final de cada período.

Ano	Dívida ativa	Cobrança da dívida ativa	% da dívida ativa cobrada
1967	14.870.808,70	4.537.642,47	30,51
1968	43.137.986,79	6.962.218,25	16,14
1969	78.012.944,78	9.635.614,27	12,35
1970	132.855.101,22	9.163.394,67	6,90
1971	198.145.864,96	15.657.070,59	7,90

Os dados expostos demonstram que a percentagem da dívida cobrada, que vinha decrescendo sistematicamente, experimentou um pequeno aumento no último ano.

Para concluir a apreciação das Receitas Diversas, menciona-se o fato de que nada foi arrecadado a título de "anuidades escolares - ensino médio", cuja receita foi orçada em Cr\$ 15.000.000,00, ou, se o foi, não se verificou nenhum recolhimento.

2.1.1.2 - RECEITAS DE CAPITAL

As receitas de capital realizadas em 1971 somaram Cr\$ 153.126.956,55, não obstante terem sido orçadas em Cr\$ 463.502.034,00. A arrecadação a menor nesta categoria econômica cifrou-se em Cr\$ 310.375.077,45, representando praticamente dois terços da estimativa. Contribuiu de forma decisiva para esse resultado a elevada previsão do produto de operações de crédito, cuja influência repercutiu, como já foi dito, na menor receita global.

Dentre os ingressos compreendidos neste grupo, sobressaem-se as operações de crédito, as transferências da União Federal e a alienação de valores mobiliários, que respondem por 98,09 % do total da categoria sob exame.

As operações de crédito realizadas assim se discriminam:

I - Empréstimos internos

a) Empréstimos em apólices

Empréstimo Apólices Reajus-
táveis do Estado do Rio Gran-
de do Sul - Lei 5.121, de 6/
/12/65

Dec. 17.806, de 16/2/66 -

1a. série 12.492.327,10

Dec. 18.769, de 4/12/67 -		
2a. série	9.999.907,20	
Dec. 18.873-B, de 30/12/67 -		
3a. série	6.000.103,20	
Empréstimo Lei 5.162/65		
Dec. 17.667, de 18/12/65 ..	918.800,00	
Empréstimo Lei 6.054/70		
Dec. 20.611, de 16/10/70 ..	16.763.100,00	
Empréstimo Lei 6.076/70		
Dec. 20.721, de 27/11/70 ..	<u>3.845.000,00</u>	50.019.237,50

b) Empréstimos contratados

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul

Empréstimo "Grupo Executivo do Desenvolvimento da Indústria da Pesca - GEDIP" - Lei 6.164, de 31/12/70

509.850,00

50.529.087,50

II - Empréstimo externo

Empréstimo contratado

The Marconi Company Ltd. - Inglaterra

5.796.980,98

56.326.068,48

Como essas receitas foram estimadas em
 Cr\$ 395.947.370,00, verificaram-se ingressos a menor da ordem de
 Cr\$ 339.621.301,52.

As transferências da União Federal são desdobradas a seguir:

	Previsão	Arrecadação	Maior arrecadação
Quota-parte do imposto único sobre energia elétrica	10.613.000,00	15.951.704,53	5.338.704,53
Quota-parte do Fundo de Participação dos Estados, Distrito Federal e Territórios	30.521.664,00	34.449.946,09	3.928.282,09
Quota-parte do imposto único sobre combustíveis e lubrificantes	-	4.252.523,57	4.252.523,57
Quota-parte do imposto único sobre minerais	<u>547.000,00</u>	<u>1.679.118,87</u>	<u>1.132.118,87</u>
	<u>41.681.664,00</u>	<u>56.333.293,06</u>	<u>14.651.629,06</u>

Vê-se que, nesta espécie, houve um excesso de arrecadação, em confronto com a estimativa, na quantia de
 Cr\$ 14.651.629,06.

O valor registrado em "quota-parte do imposto único sobre combustíveis e lubrificantes", refere-se a resíduos de anos anteriores retidos pela Petróleo Brasileiro S. A., para integralização de aumentos de capital, o que se verificou no ano findo.

A "alienação de valores mobiliários", terceira rubrica em ordem de importância, apresenta uma receita de Cr\$ 37.541.462,91, sem que tenha havido qualquer previsão orçamentária. Esses ingressos provêm da venda de 6.543.951 ações da Petróleo Brasileiro S. A., ao preço médio de Cr\$ 5,73 por ação. A alienação desses títulos foi efetuada nos termos da Lei nº 6.224, de 22 de junho de 1971.

Os demais ingressos que completam as receitas de capital especificam-se da seguinte forma:

	Previsão	Arrecadação	Diferença
Produto da realização do ativo do Banco Pe- lotense	50.000,00	42.816,89	- 7.183,11
Produto da venda de i- móveis e de resgate de terrenos reserva- dos	25.000.000,00	427.124,95	-24.572.875,05
Alienação de veículos, máquinas e materiais obsoletos	200.000,00	206.270,62	+ 6.270,62
Amortização de emprês- timos concedidos ...	25.000,00	663.000,64	+ 638.000,64
Departamento da Lote- ria do Estado	598.000,00	646.000,00	+ 48.000,00
Outras receitas	-	940.919,00	+ 940.919,00
	<u>25.873.000,00</u>	<u>2.926.132,10</u>	<u>-22.946.867,90</u>

As quantias recebidas a título de "amortização de empréstimos concedidos" correspondem ao resgate, por parte de Prefeituras Municipais, do financiamento propiciado pelo Estado na venda de tratores importados. Esta operação foi realizada nos termos da Lei nº 5.881, de 17 de dezembro de 1969.

Por fim, cabe esclarecer que no item "outras receitas" figura o produto da alienação do direito de preferência do Estado na subscrição de ações relativas ao aumento de capital do Banco oficial, operado a teor da Lei nº 6.223, de 22 de junho de 1971.

2.1.1.3 - ARRECAÇÃO POR EXATORIAS

A arrecadação efetuada pelas 161 exatorias que funcionaram no ano sob exame cifrou-se em Cr\$ 1.540.208.616,35, correspondendo a 80,23 % da receita global. O volume dos ingressos coletados assim se distribui:

	Cr\$		Número de exatorias	Arrecadação	%
de mais de	20 milhões		12	909.518.564,86	47,38
de mais de	15 até 20 milhões		8	136.315.706,18	7,10
de mais de	10 até 15 milhões		9	112.813.946,57	5,88
de mais de	8 até 10 milhões		7	64.002.795,64	3,33
de mais de	7 até 8 milhões		2	14.694.139,20	0,77
de mais de	6 até 7 milhões		3	19.280.039,50	1,00
de mais de	5 até 6 milhões		9	50.662.275,12	2,64
de mais de	4 até 5 milhões		10	45.862.475,65	2,39
de mais de	3 até 4 milhões		19	66.037.895,72	3,44
de mais de	2 até 3 milhões		25	61.769.718,51	3,22
de mais de	1 até 2 milhões		29	43.550.739,45	2,27
de mais de	900 mil até 1 milhão		4	3.787.228,27	0,20
de mais de	800 mil até 900 mil		3	2.545.061,54	0,13
de mais de	700 mil até 800 mil		-	-	-
de mais de	600 mil até 700 mil		3	1.952.113,09	0,10
de mais de	500 mil até 600 mil		5	2.746.231,74	0,14
de mais de	400 mil até 500 mil		4	1.870.485,81	0,10
de mais de	300 mil até 400 mil		5	1.796.952,02	0,09
de mais de	200 mil até 300 mil		4	1.002.247,48	0,05
			<u>161</u>	<u>1.540.208.616,35</u>	<u>80,23</u>

As doze unidades compreendidas no primeiro grupo e relacionadas a seguir coletaram 59,05% do produto arrecadado pelas exatorias e 47,38% da receita geral. Essas unidades assim se discriminam:

	Arrecadação	%
Porto Alegre	487.166.095,17	25,38
Caxias do Sul ...	70.060.241,45	3,65
Pelotas	58.154.589,88	3,03
Canoas	53.195.179,79	2,77
Sapucaia do Sul .	43.046.044,66	2,24
Novo Hamburgo ...	40.080.707,34	2,09
Rio Grande	33.945.925,11	1,77
Santa Cruz do Sul	30.337.961,76	1,58
Passo Fundo	27.007.951,27	1,41
Santa Maria	24.184.461,07	1,26
São Leopoldo	22.182.777,07	1,15
Ijuí	20.156.630,29	1,05
	<u>909.518.564,86</u>	<u>47,38</u>

A ordem apresentada por essas estações arrecadadoras é a mesma do ano anterior, salvo a inclusão da exatoria de Ijuí.

Vale salientar que a receita coletada pelos estabelecimentos de crédito é computada juntamente com a das exatorias, uma vez que o controle dos ingressos é efetuado pelas mesmas.

Por último, deve-se ter presente que o diferimento do imposto de circulação de mercadorias incidente sobre os produtos agropecuários desfigura a distribuição geográfica do tributo. É que sua incidência colhe a maior parte daqueles bens em município diferente do de produção.

2.1.2 - ANÁLISE DA DESPESA

A despesa realizada em 1971, à conta das autorizações vigentes, ascendeu a Cr\$ 1.957.845.051,13.

Quanto à natureza dos créditos, os gastos assim se classificam:

Créditos ordinários	1.910.247.441,10
Créditos especiais	47.197.610,03
Créditos extraordinários	<u>400.000,00</u>
	<u>1.957.845.051,13</u>

Nos diversos anexos ao Balanço Financeiro, a despesa é classificada por órgãos, programas, categorias e subcategorias econômicas, elementos, rubricas, funções e subfunções.

No volume II do Balanço expõe-se, minuciosamente, a situação das autorizações ao término do exercício, apresentando as dotações iniciais de cada uma das rubricas orçamentárias e créditos especiais, as dotações com as alterações decretadas, a despesa por elas suportada e o saldo resultante.

A participação de cada órgão superior da Administração Central na realização da despesa, durante o último exercício, segundo a natureza dos créditos, consta do quadro que segue.

DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA SEGUNDO OS ÓRGÃOS E A NATUREZA DOS CRÉDITOS

ÓRGÃOS	DESPESA REALIZADA				
	Créditos Ordinários	%	Créditos Especiais e Extraordinários	%	Total
Assembleia Legislativa	17.892.070,76	96,24	698.444,24	3,76	18.590.515,00
Tribunal de Contas	4.859.425,37	99,75	12.000,00	0,25	4.865.425,37
Governo	34.283.117,56	93,77	2.270.889,47	6,23	36.562.007,03
Interior e Justiça	14.718.974,93	98,91	162.509,14	1,09	14.881.484,07
Coordenação e Planejamento	4.519.307,73	91,21	435.727,32	8,79	4.955.035,05
Fazenda	1.064.969.414,08	97,50	27.339.442,98	2,50	1.092.308.857,06
Agricultura	47.199.912,89	99,87	61.636,43	0,13	47.261.549,32
Indústria e Comércio	2.911.768,06	95,97	122.182,00	4,03	3.033.950,06
Energia, Minas e Comunicações	307.881,14	50,65	300.000,00	49,35	607.881,14
Transportes	5.104.359,87	100,00	-	-	5.104.359,87
Educação e Cultura	412.301.004,07	98,07	8.098.801,92	1,93	420.399.805,99
Saúde	58.077.556,11	99,94	37.070,29	0,06	58.114.626,40
Trabalho e Ação Social	9.407.516,21	100,00	-	-	9.407.516,21
Desenvolvimento Regional e Obras Públicas	15.079.281,02	71,41	6.038.549,04	28,59	21.117.830,06
Segurança Pública	176.067.021,51	99,95	95.877,12	0,05	176.162.898,63
Administração	11.893.791,14	99,98	2.281,17	0,02	11.896.072,31
Justiça	30.661.038,65	94,27	1.863.190,92	5,73	32.524.229,57
Turismo	-	-	51.007,99	100,00	51.007,99
	<u>1.910.247.441,10</u>	<u>97,57</u>	<u>47.597.610,03</u>	<u>2,43</u>	<u>1.957.845.051,13</u>

Através do quadro exposto, verifica-se que somente dois órgãos não necessitaram da abertura de créditos especiais para a realização de seus gastos: a Secretaria dos Transportes e a do Trabalho e Ação Social. Inversamente, a Secretaria de Turismo não efetuou despesa à conta de créditos ordinários por ter sido criada após a votação do orçamento.

Por outro lado, constata-se que a Secretaria de Energia, Minas e Comunicações e a do Desenvolvimento Regional e Obras Públicas realizaram apreciável volume de gastos através de autorizações especiais.

A participação de cada órgão na composição da despesa realizada em 1971, em termos absolutos e percentuais, assim se apresenta:

		%
Assembléia Legislativa	18.590.515,00	0,91
Tribunal de Contas	4.865.425,37	0,25
Governo do Estado	36.562.007,03	1,87
Secretaria do Interior e Justiça	14.881.484,07	0,76
Secretaria de Coordenação e Planejamento	4.955.035,05	0,25
Secretaria da Fazenda	1.092.308.857,06	55,80
Secretaria da Agricultura	47.261.549,32	2,41
Secretaria da Indústria e Comércio	3.033.950,06	0,16
Secretaria de Energia, Minas e Comunicações	607.881,14	0,03
Secretaria dos Transportes	5.104.359,87	0,26
Secretaria de Educação e Cultura	420.399.805,99	21,50
Secretaria da Saúde	58.114.626,40	2,97
Secretaria do Trabalho e Ação Social ...	9.407.516,21	0,48
Secretaria do Desenvolvimento Regional e Obras Públicas	21.117.830,06	1,08
Secretaria da Segurança Pública	176.162.898,63	9,00
Secretaria da Administração	11.896.072,31	0,61
Justiça	32.524.229,57	1,66
Secretaria de Turismo	51.007,99	0,00
	<u>1.957.845.051,13</u>	<u>100,00</u>

Destaca-se, nesse elenco, o montante despendido pela Secretaria da Fazenda, representando 55,8 % da despesa geral.

Os gastos realizados pela citada Pasta compreendem, além dos decorrentes do exercício das funções que lhe são afetas, os encargos gerais do Estado.

O primeiro grupo, que soma Cr\$ 78.632.625,98, representa 4,02 % da despesa geral.

Os encargos gerais do Estado totalizaram Cr\$ 1.013.676.231,08 e correspondem a 51,78 % da despesa global. Nesses encargos destacam-se as contribuições a autarquias para custeio e investimentos, a participação dos municípios no produto do imposto de circulação de mercadorias e na taxa rodoviária única, os proventos de inativos, a subscrição de capital em sociedades de economia mista e o serviço da dívida pública.

A seguir comparece, pelo volume de gastos, a Secretaria de Educação e Cultura, com 21,5 % do total da despesa. Convém observar que nos dispêndios imputados à referida Pasta não está incluída a aplicação do "salário-educação", feita à margem da Lei de Meios.

Por último, destaca-se a despesa realizada pela Secretaria da Segurança Pública, participando com 9 % do total dos dispêndios.

A decomposição da despesa geral do Estado em categorias econômicas é bastante expressiva, como se vê:

Despesas Correntes		
Despesas de Custeio	850.216.910,57	
Transferências Correntes	<u>742.954.118,75</u>	1.593.171.029,32
Despesas de Capital		
Investimentos	91.988.596,08	
Inversões Financeiras ...	41.944.941,32	
Transferências de Capital	<u>230.740.484,41</u>	<u>364.674.021,81</u>
		<u>1.957.845.051,13</u>

Segue-se a discriminação da despesa segundo a classificação funcional, demonstrando a orientação dada pelo Governo às suas realizações:

		%
0 - Governo e administração geral	99.287.168,88	5,10
1 - Administração financeira	495.513.993,48	25,30
2 - Defesa e segurança	185.415.535,83	9,50
3 - Recursos naturais e agropecuários	86.732.127,44	4,40
4 - Viação, transportes e comunicações	229.846.470,20	11,70
5 - Indústria e comércio	75.943.825,97	3,90
6 - Educação e cultura	418.231.260,11	21,40
7 - Saúde	50.682.057,45	2,60
8 - Bem-estar social	300.907.864,35	15,40
9 - Serviços urbanos	<u>15.284.747,42</u>	<u>0,70</u>
	<u>1.957.845.051,13</u>	<u>100,00</u>

Pelos algarismos acima alinhados, verifica-se que 73,8 % da despesa geral do Estado foram imputados a apenas quatro setores: "administração financeira", "educação e cultura", "bem-estar social" e "viação, transportes e comunicações".

No setor "administração financeira" predominam os encargos decorrentes da transferência aos municípios da parcela de 20 % do produto do imposto de circulação de mercadorias e os compromissos com juros, amortização e despesas diversas da dívida interna e externa.

Em "educação e cultura", a exemplo do que ocorreu em exercícios anteriores, não se acham incluídos os gastos cobertos com os recursos proporcionados pelo salário-educação, realizados à margem do mecanismo orçamentário. Tal fato, contudo, não tem impedido que as aplicações governamentais nesse importante setor apresentem um continuado crescimento, tanto em valores absolutos como, principalmente, em termos percentuais, o que se constata pelo incremento de 1,01 % acusado em relação a 1970.

Na área do "bem-estar social", o significativo volume de gastos decorre, em sua quase totalidade, dos encargos com inativos, das contribuições ao Instituto de Previdência do Estado e, a partir do 2º semestre, das contribuições ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público.

O item "viação, transportes e comunicações" abrange, como parcelas mais expressivas, as transferências para custeio e investimentos feitas às entidades da Administração Indireta responsáveis pelas funções relacionadas com esse setor, além da transferência aos Municípios da parcela que lhes cabe na arrecadação da taxa rodoviária única.

Os restantes 26,2 % da despesa distribuem-se pelas demais áreas, nenhuma delas atingindo a décima parte dos dispêndios globais. Entre estas, destaca-se "defesa e segurança", com uma participação de 9,5 % sobre o total gasto.

A área dos "recursos naturais e agropecuários", que, junto com "viação, transportes e comunicações", compõe os setores básicos para o desenvolvimento econômico-regional, apresentou comportamento diferente. Enquanto a participação do primeiro sofreu uma redução de 2,29 % em relação ao ano anterior, o outro aumentou em 1,53 %.

O desdobramento da despesa, segundo as funções, pode ser melhor visualizado através da representação gráfica da página 43.

Cabe, por fim, desdobrar a despesa por elemento. Esta especificação identifica os instrumentos utilizados pelo Governo na execução dos gastos. Dada a existência de 28 diferentes itens, torna-se inexpressiva sua análise individual. Mais esclarecedora é a seguinte síntese:

Elementos	Despesa	%
Pessoal	703.737.388,15	35,94
Inativos	215.963.552,50	11,03
Diversas Transferências Correntes	413.849.938,37	21,14
Contribuições Diversas	163.904.970,48	8,37
Outros dispêndios	460.389.201,63	23,52
	<u>1.957.845.051,13</u>	<u>100,00</u>

Os algarismos acima demonstram que quatro elementos, apenas, reúnem 76,48 % do total gasto, cabendo aos vinte e quatro restantes a parcela equivalente a 23,52 %.

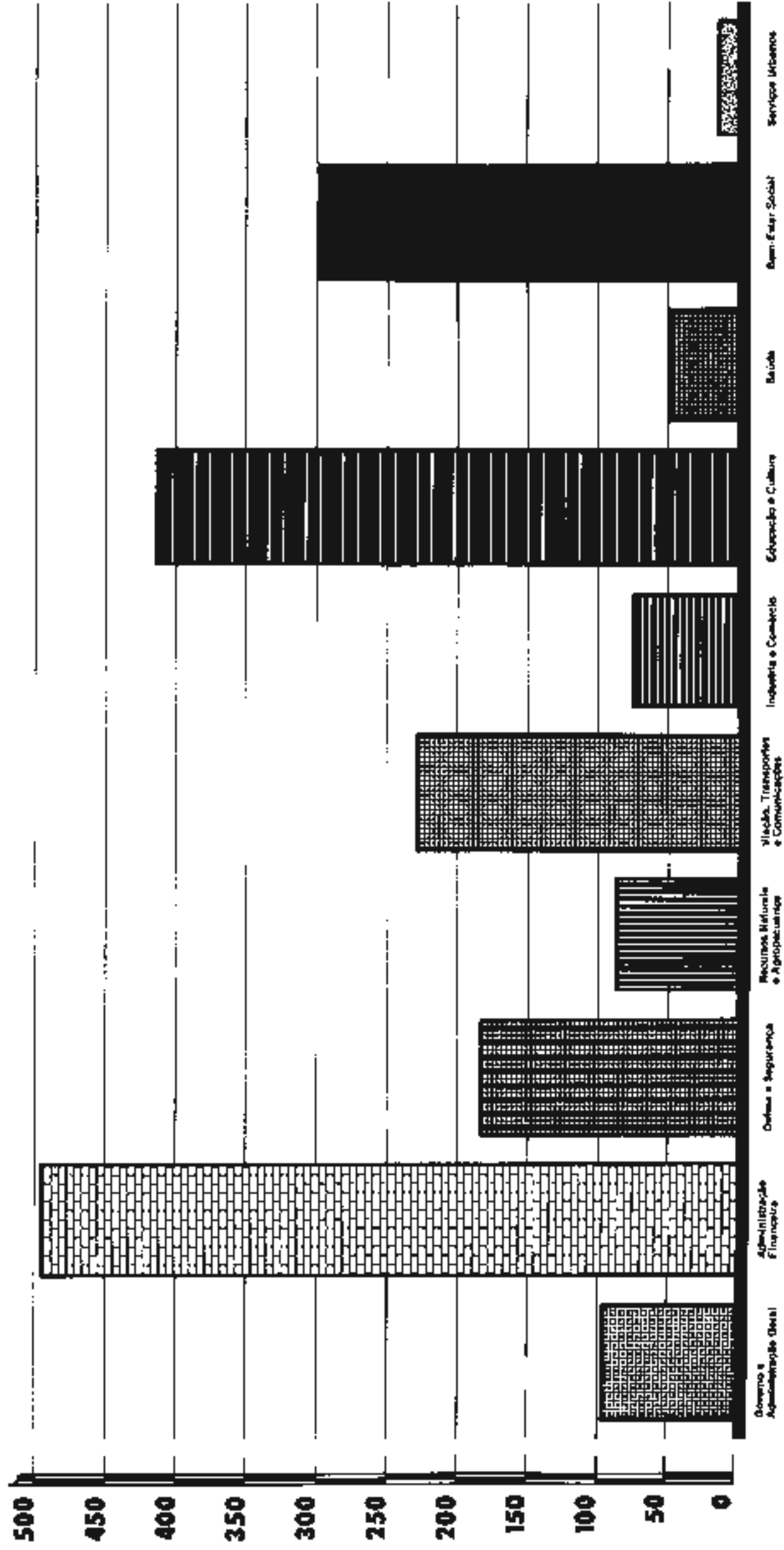
O artigo 64 da Constituição Federal dispõe que os limites para as despesas de pessoal da União, dos Estados e dos Municípios serão estabelecidos através de lei complementar, o que não ocorreu até esta data.

Faz-se, a seguir, a análise comparativa da despesa compreendida no elemento "pessoal", nos últimos cinco anos, com as receitas correntes realizadas no mesmo período. Eis os dados:

Ano	Despesa do elemento Pessoal	Receitas Correntes	Percentagem da despesa de pessoal sobre as receitas correntes
1967	235.030.938,62	439.787.725,84	53
1968	334.765.436,21	722.397.927,85	46
1969	388.319.604,29	968.159.866,04	40
1970	493.502.289,07	1.389.893.385,21	36
1971	703.737.388,15	1.766.399.089,80	40

DESPESA ORÇAMENTÁRIA POR FUNÇÕES

MILHÕES
DE Cr\$



É oportuno esclarecer que são considerados como gastos de pessoal os que a Lei Federal nº 4.320 enquadra como tais.

Todavia, além dessas despesas de pessoal, ainda há outras, classificadas no elemento "serviços de terceiros", decorrentes do pagamento dos encarregados dos serviços de limpeza e higiene, de profilaxia e assistência social.

CONFRONTO DA DESPESA FIXADA COM A REALIZADA

O confronto da despesa fixada com a realizada constitui importante peça na apreciação dos gastos governamentais, considerando-se que as realizações do Poder Público não podem extrapassar as finalidades e o montante das autorizações orçamentárias. Por outro lado, fornece à Alta Administração informações para o estabelecimento de estimativas anuais e plurianuais adequadas, bem como a melhor adaptação do orçamento vigente.

O volume II do Balanço Geral apresenta, através de seus anexos, esses informes de maneira detalhada. Todavia, os aspectos mais significativos do confronto da despesa fixada com a realizada, segundo a natureza dos créditos, serão comentados a seguir.

Despesa por créditos ordinários - Conforme foi exposto no primeiro capítulo, os créditos consignados na Lei de Meios, no montante de Cr\$ 2.149.700.198,00, atingiram a quantia de Cr\$ 2.160.155.201,01, mediante as alterações legalmente decretadas.

Da comparação entre as autorizações e a despesa realizada, resulta o valor dos créditos não utilizados, como se demonstra:

Créditos ordinários	2.160.155.201,01
Despesa realizada..	<u>1.910.247.441,10</u>
Saldo	<u>249.907.759,91</u>

Esse saldo representa economias que contribuíram acentuadamente para reduzir o déficit presumível do exercício. A obtenção das mesmas deve-se, em grande parte, à contenção de despesas, particularmente das de custeio.

O mencionado saldo equivale a 11,6 % do total dos créditos ordinários e é, em números absolutos, o maior do último quinquênio. Em relação à despesa autorizada, esse saldo só foi superado, percentualmente, no período em apreço, pelo de 1970, conforme apresentação que segue:

	1967	1968	1969	1970	1971
Saldos verificados (em milhares de cruzeiros)	45.766	87.896	135.125	247.686	249.908
Percentagem em relação à despesa fixada	8,2 %	9,1 %	10,4 %	14,0 %	11,6 %

Segundo os órgãos, essas economias assim se distribuem:

Assembléia Legislativa	2.211.844,29
Tribunal de Contas	549.462,63
Governo do Estado	10.562.344,40
Secretaria do Interior e Justiça	4.728.058,07
Secretaria de Coordenação e Planejamento	4.366.228,27
Secretaria da Fazenda	131.259.957,60
Secretaria da Agricultura	10.952.808,68
Secretaria da Indústria e Comércio	1.066.925,94
Secretaria de Energia, Minas e Comunicações	45.152,86
Secretaria dos Transportes	115.513,13
Secretaria de Educação e Cultura	51.881.190,93
Secretaria da Saúde	8.221.374,89
Secretaria do Trabalho e Ação Social ...	1.243.835,39
Secretaria do Desenvolvimento Regional e Obras Públicas	6.361.986,74
Secretaria da Segurança Pública	10.742.434,95
Secretaria da Administração	1.596.786,86
Justiça	4.001.854,28
	<u>249.907.759,91</u>

Segue-se a especificação das rubricas que apresentaram os maiores saldos:

Secretaria da Fazenda

6.08	3.2.3.0	Inativos	
	3.2.3.4	Diferença de proventos (Lei nº 3.096, de 31/12/56)	5.785.939,19
	3.2.7.0	Juros da Dívida Pública	
	3.2.7.1	Fundada Interna	7.319.526,66
	3.2.7.3	Flutuante	5.285.408,94
	3.2.9.0	Diversas Transferências Correntes	
	3.2.9.2	Entidades Federais	
		Para o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem: Quota-parte da Taxa Rodoviária Única	21.600.000,00
	4.1.5.0	Participação em Constituição ou Aumento de Capital de Empresas ou Entidades Industriais e Agrícolas	
		Aços Finos Piratini S.A. ...	20.000.000,00
		Cia. Estadual de Energia Elétrica	9.200.476,54
	4.2.4.0	Constituição de Fundos Rotativos	
		Constituição do Fundo de Expansão Industrial do Rio Grande do Sul	7.569.364,00
	4.3.5.0	Contribuições Diversas	
	4.3.5.4	Entidades Privadas	5.046.124,87
	4.3.5.5	Entidades Interestaduais ...	9.101.464,00

Secretaria de Educação e Cultura

11.02	4.1.2.0	Serviços em Regime de Programação Especial Aplicação da quota estadual do Salário-Educação	15.500.000,00
11.03	3.1.1.0	Pessoal	
	3.1.1.1.2.9	Salários de contratados	6.497.342,35
	4.1.1.0	Obras Públicas	8.472.150,55

Despesa por créditos especiais - Os créditos especiais e extraordinários vigentes em 1971 alcançaram a quantia de Cr\$ 65.276.145,39. As despesas realizadas à conta desses adicionais somaram Cr\$ 47.597.610,03, restando Cr\$ 17.678.535,36, que assim se desdobram:

Saldos extintos por perda de vigência	13.667.479,45
Saldos transferidos para 1972	<u>4.011.055,91</u>
	<u>17.678.535,36</u>

Os saldos extintos constituem economia efetiva. A parcela transferida, todavia, representa compromissos já assumidos ou autorizações para a realização de despesas em 1972, conforme segue:

Empenhos transferidos	52.654,40
Saldos transferidos..	<u>3.958.401,51</u>
	<u>4.011.055,91</u>

EVOLUÇÃO DA DESPESA

As demonstrações da página 47 apresentam a evolução dos gastos públicos segundo a natureza dos créditos votados, os elementos e as funções.

Através do primeiro desses quadros, verifica-se que a despesa realizada à conta de créditos ordinários apresenta um incremento bastante uniforme. Os gastos imputados a créditos especiais e extraordinários, todavia, variam de ano para ano. Em 1971, verificou-se um aumento em relação ao ano anterior, devido, em grande parte, ao elevado valor dos créditos transferidos de 1970. É de se prever que, com o gradativo aperfeiçoamento da programação orçamentária, o emprego dessas autorizações venha a reduzir-se.

A evolução da despesa por elementos, nos últimos cinco anos, é pouco elucidativa, em consequência da excessiva especificação. Entretanto, pode-se constatar que os itens de maior expressão, constituídos por "pessoal" e "inativos", apresentam crescimento inferior à despesa geral. Inversamente, as "diversas transferências correntes", que contribuem com mais de um quinto dos gastos totais, estão crescendo num ritmo bem superior ao do total dessas mesmos gastos.

Atente-se, ainda, para a violenta progressão da "contribuição de previdência social" e, embora não apresente a série completa, para a dos "serviços em regime de programação especial".

EVOLUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA POR CRÉDITOS

NATUREZA	Números absolutos					Números relativos				
	1967	1968	1969	1970	1971	1967	1968	1969	1970	1971
Créditos ordinários	508.641.178	876.927.998	1.164.099.608	1.519.633.229	1.910.247.441	100	172	229	299	376
Créditos especiais e extraordinários	67.923.713	28.369.295	49.430.155	36.661.003	47.597.610	100	42	73	54	70
Despesa geral	576.562.891	905.297.993	1.213.529.763	1.556.294.232	1.957.845.051	100	157	210	270	340

EVOLUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA POR ELEMENTOS

ELEMENTOS	Números absolutos, em milhares de Cr\$					Números relativos				
	1967	1968	1969	1970	1971	1967	1968	1969	1970	1971
Pessoal	235.031	334.765	388.320	493.502	703.737	100	142	165	210	299
Material de Consumo	16.707	19.280	29.167	47.617	43.811	100	115	175	285	262
Serviços de Terceiros	14.397	21.654	33.281	48.404	57.202	100	150	231	336	398
Encargos Diversos	17.024	18.105	29.130	29.803	35.548	100	106	171	175	209
Despesas de Exercícios Anteriores	15.146	6.567	11.023	1.956	9.918	100	43	73	13	65
Subvenções Sociais	17.799	21.909	37.036	44.449	56.254	100	123	208	250	316
Inativos	78.504	123.928	161.014	173.046	215.964	100	158	205	220	275
Pensionistas	2.257	3.824	5.660	6.949	8.016	100	169	251	308	355
Abono Familiar	2.923	3.970	4.579	6.150	6.984	100	136	157	210	239
Juros da Dívida Pública	4.739	12.205	20.999	25.806	31.583	100	257	443	544	666
Contribuição de Previdência Social	77	199	929	2.590	10.304	100	258	1.206	3.364	13.382
Diversas Transferências Correntes	38.524	181.111	245.844	321.023	413.850	100	475	638	833	1.074
Obras Públicas	5.445	16.836	21.014	42.855	9.972	100	309	386	787	183
Serv. em Regime de Programação Especial	-	233	480	801	7.672	-	-	-	-	-
Equipamentos e Instalações	1.203	3.315	13.986	10.009	8.797	100	276	1.163	832	711
Material Permanente	1.056	2.185	2.400	4.293	12.714	100	207	227	406	1.204
Participação em Const. ou Aumento de Capital de Empresas ou Entidades Industriais e Agrícolas	42.240	46.049	63.035	76.185	52.834	100	109	149	180	125
Aquisição de Imóveis	3.267	1.940	1.301	5.750	875	100	59	40	176	27
Participação em Const. ou Aumento de Capital de Empresas ou Entidades Comerciais ou Financeiras	13.778	10.477	35.207	10.785	38.420	100	76	255	78	279
Aquisição de Títulos Representativos de Capital de Empresas em Funcionamento	-	-	-	1.072	-	-	-	-	-	-
Constituição de Fundos Rotativos	94	94	94	3.150	2.650	100	100	100	3.351	2.819
Concessão de Empréstimos	2.650	-	-	-	-	100	-	-	-	-
Diversas Investições Financeiras	-	-	27	442	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Pública	6.585	10.765	19.509	12.376	54.114	100	163	296	492	822
Auxílios para Obras Públicas	20.947	1.602	8.826	17.885	12.721	100	8	43	85	61
Auxílios para Equipamentos e Instalações	10	13	100	480	-	100	130	1.000	4.800	-
Auxílios para Investições Financeiras	11	-	-	-	-	100	-	-	-	-
Contribuições Diversas	36.158	62.271	80.469	148.915	163.905	100	172	222	412	453
Despesa geral	576.562	905.297	1.213.530	1.556.293	1.957.845	100	157	210	270	340

EVOLUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA POR FUNÇÕES

FUNÇÕES	Em números absolutos				Em números relativos			
	1968	1969	1970	1971	1968	1969	1970	1971
0 - Governo e administração geral	47.893.069,25	59.256.160,16	71.827.840,06	99.287.168,88	100	124	150	207
1 - Administração financeira	225.107.393,93	330.094.707,78	391.948.606,59	495.513.293,48	100	147	174	220
2 - Defesa e segurança	72.740.016,98	99.669.144,96	158.406.408,63	185.415.535,83	100	137	218	255
3 - Recursos naturais e agropecuária	61.659.702,75	72.118.698,34	104.104.398,66	86.732.127,44	100	117	169	141
4 - Viação, transportes e comunicações	78.117.239,52	106.490.415,91	158.204.528,31	229.846.470,20	100	136	203	294
5 - Indústria e comércio	32.093.208,98	40.780.574,52	61.631.759,92	75.943.825,97	100	127	192	237
6 - Educação e cultura	186.798.812,62	237.188.311,39	317.315.437,17	418.231.260,11	100	127	161	213
7 - Saúde	22.188.275,72	29.017.360,07	39.463.011,45	50.682.057,45	100	131	178	228
8 - Bem-estar social	161.241.215,70	217.864.140,23	245.647.350,11	300.907.864,35	100	135	152	187
9 - Serviços urbanos	7.458.558,22	21.050.249,85	7.744.891,97	15.284.747,42	100	282	104	205
Despesa geral	905.297.993,68	1.213.529.763,21	1.556.294.232,87	1.957.845.051,13	100	134	172	216

No último quadro exposto, aprecia-se o comportamento dos gastos desdobrados segundo as funções, a partir de 1968, quando foi adotada nova classificação. Os números relativos indicam que a maior parte das funções apresenta índices de crescimento muito aproximados ao da evolução da despesa geral. O maior afastamento positivo refere-se à "viação, transportes e comunicações" e, negativo, à "recursos naturais e agropecuários".

2.1.3 - DEMONSTRAÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS

Examinada sob o prisma da classificação econômica, a execução orçamentária pode ser assim sintetizada:

	Receita	Despesa
Orçamento Corrente..	1.766.399.089,80	1.593.171.029,32
Orçamento de Capital	153.126.956,55	364.674.021,81
Deficit Financeiro..	<u>38.319.004,78</u>	<u>-</u>
	<u>1.957.845.051,13</u>	<u>1.957.845.051,13</u>

Para uma análise mais detalhada, o resultado global pode ser decomposto como segue:

a) Orçamento Corrente

Receitas Correntes		
Receita Tributária	1.628.777.416,42	
Receita Patrimonial	10.203.671,90	
Receita Industrial	11.388.030,39	
Transferências Correntes	44.135.030,23	
Receitas Diversas	<u>71.894.940,86</u>	1.766.399.089,80
Despesas Correntes		
Despesas de Custeio	850.216.910,57	
Transferências Correntes	<u>742.954.118,75</u>	<u>1.593.171.029,32</u>
Superavit do Orçamento Corrente		<u>173.228.060,48</u>

b) Orçamento de Capital

Despesas de Capital		
Investimentos	91.988.596,08	
Inversões Financeiras ...	41.944.941,32	
Transferências de Capital	<u>230.740.484,41</u>	364.674.021,81
Receitas de Capital		
Operações de Crédito	56.326.068,48	
Alienação de Bens Móveis e Imóveis	676.212,46	
Amortização de Empréstios Concedidos	663.000,64	
Transferências de Capital	56.979.293,06	
Alienação de Valores Mo- biliários	37.541.462,91	
Outras Receitas de Capi- tal	<u>940.919,00</u>	<u>153.126.956,55</u>
Deficit do Orçamento de Capital		<u>211.547.065,26</u>

A soma algébrica dos resultados expostos pelos orçamentos corrente e de capital conduz ao deficit financeiro do exercício, como se demonstra:

Deficit do Orçamento de Capital	211.547.065,26
Menos: Superavit do Orçamento Corrente	<u>173.228.060,48</u>
Deficit financeiro do exercício	<u>38.319.004,78</u>

Os números alinhados revelam, a exemplo do que ocorreu em exercícios anteriores, que uma ponderável parcela das despesas de capital vem encontrando sua cobertura financeira no superavit do Orçamento Corrente.

O quadro a seguir reproduz a demonstração que se acaba de fazer sob forma esquemática e de conjunto.

DEMONSTRATIVO DA RECEITA E DA DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONOMICAS

RECEITA	Cr\$	Cr\$	DESPESA	Cr\$	Cr\$
RECEITAS CORRENTES			DESPESAS CORRENTES		
Receita Tributária	1.628.777.416,42		Despesas de Custeio	850.216.910,57	
Receita Patrimonial	10.703.671,90		Transferências Correntes	<u>742.954.110,75</u>	1.593.171.029,32
Receita Industrial	11.388.030,39		Superavit		<u>173.228.060,48</u>
Transferências Correntes ..	44.135.030,23				<u>1.766.399.089,80</u>
Receitas Diversas	<u>71.894.940,86</u>	1.766.399.089,80			
		<u>1.766.399.089,80</u>			
Superavit do Orçamento Corrente		173.228.060,48			
RECEITAS DE CAPITAL			DESPESAS DE CAPITAL		
Operações de Crédito	56.326.068,48		Investimentos	91.988.596,08	
Alienação de Bens Móveis e Imóveis	676.212,46		Inversões Financeiras	41.944.941,32	
Amortização de Empréstimos Concedidos	661.000,64		Transferências de Capital	<u>220.740.484,41</u>	364.674.021,81
Transferências de Capital ..	56.979.293,06				
Alienação de Valores Mobiliários	37.541.462,91				
Outras Receitas de Capital	<u>940.919,00</u>	153.126.956,55			
Deficit		<u>38.319.004,78</u>			
		<u>364.674.021,81</u>			<u>364.674.021,81</u>

2.1.4 - ANÁLISE DO RESULTADO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO

De conformidade com o que ficou demonstrado no capítulo "despesas autorizadas e recursos financeiros", o desequilíbrio financeiro presumido para o ano de 1971 era de Cr\$ 415.091.957,20. Entretanto, a execução orçamentária acusou um deficit de apenas Cr\$ 38.319.004,78, isto é, 9,23 % do previsto.

Em termos globais, o resultado da gestão financeira assim se expressa:

Despesa realizada	1.957.845.051,13
Receita realizada	<u>1.919.526.046,35</u>
Deficit financeiro	<u>38.319.004,78</u>

O desdobramento das operações realizadas, segundo suas vinculações legais e técnicas, permite evidenciar a origem do resultado exposto. Para tanto, a receita e a despesa realizadas são decompostas nas três classes de recursos previstas no capítulo inicial, a saber:

RECEITA REALIZADA

I - Fundo Geral		1.493.551.597,85
II - Fundos Especiais		
Parcela de 20 % do imposto de circulação de mercadorias, destinada a constituir o Fundo de Participação dos Municípios	298.886.269,57	
Taxa rodoviária única Parcela destinada ao Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem Parcela destinada às Prefeituras Municipais	21.858.823,52	
	15.613.445,37	
Taxa de cooperação para construção de silos e armazéns	12.640.923,24	
Contribuição do Departamento da Loteria do Estado	3.973.563,79	
Receita escritural resultante do cancelamento, nos termos do Dec. Legisl. 2.763, de 27/5/70, de auxílios concedidos e não processados, classificada na rubrica "indenizações e restituições"	77.650,00	
Quota-parte do imposto único sobre energia elétrica	15.951.704,53	
Auxílio do Departamento da Loteria do Estado..	<u>646.000,00</u>	369.648.380,02
III - Operações de crédito		
Operações de crédito realizadas conforme discriminação constante da Análise da Receita		<u>56.326.068,48</u>
		<u>1.919.526.046,35</u>

DESPESA REALIZADA

I - Com cobertura em recursos do Fundo Geral		
a) da competência do exercício de 1971		
à conta de créditos ordinários	1.564.823.469,24	
à conta de créditos especiais e extraordinários	<u>1.407.114,53</u>	1.566.230.583,77
b) da competência de exercícios anteriores		
à conta de créditos ordinários	88.000,00	
à conta de créditos especiais	<u>6.709.125,42</u>	6.797.125,42
II - Com cobertura em recursos dos Fundos Especiais		
a) da competência do exercício de 1971		
à conta de créditos ordinários	336.651.312,50	
b) da competência de exercícios anteriores		
à conta de créditos ordinários	<u>4.710.195,12</u>	341.361.507,62
III - Com cobertura em recursos de operações de crédito		
à conta de créditos ordinários	3.974.464,24	
à conta de créditos especiais	<u>39.481.370,08</u>	<u>43.455.834,32</u>
		<u>1.957.845.051,13</u>

Confrontando-se a receita e a despesa realizadas à conta de cada uma dessas classes de recursos, obtêm-se os seguintes resultados parciais:

I - Resultado da gestão do Fundo Geral		
Despesa realizada à conta dos recursos da competência do exercício		1.566.230.583,77
Receita realizada		<u>1.493.551.597,85</u>
Deficit da gestão dos recursos do exercício		72.678.985,92
Despesa realizada à conta dos recursos da competência de exercícios anteriores ..		<u>6.797.125,42</u>
Deficit da gestão do Fundo Geral		<u>79.476.111,34</u>

II - Resultado da gestão dos Fundos Especiais		
Receita realizada		369.648.380,02
Despesa realizada		
à conta dos recursos da		
competência do exer-		
cício	336.651.312,50	
à conta dos recursos da		
competência de exer-		
cícios anteriores ...	<u>4.710.195,12</u>	<u>341.361.507,62</u>
Superavit da gestão dos Fundos Especiais		<u>28.286.872,40</u>
III - Resultado da gestão dos recursos de operações de crédito		
Receita realizada		56.326.068,48
Despesa realizada		<u>43.455.834,32</u>
Superavit da gestão de operações de crédito		<u>12.870.234,16</u>

A reunião dos resultados parciais demonstrados re-compõe o resultado financeiro do exercício, conforme segue:

Deficit da gestão do Fundo Geral		79.476.111,34
Menos:		
Superavit da gestão dos Fundos Especiais	28.286.872,40	
Superavit da gestão de operações de crédito	<u>12.870.234,16</u>	<u>41.157.106,56</u>
Deficit financeiro do exercício		<u>38.319.004,78</u>

2.2.0 - OPERAÇÕES EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS

Estão compreendidas neste grupo as entradas e saídas financeiras que, por sua natureza, se desenvolvem à margem das autorizações orçamentárias.

Essas operações figuram no Balanço Financeiro, obedecendo à seguinte classificação:

RECEITA

Restos a Pagar (contrapartida da despesa empenhada)		197.134.154,67
Serviço da Dívida a Pagar		12.579.643,67
Depósitos		110.583.744,72
Outras Operações		<u>751.668.918,17</u>
		<u>1.071.966.461,23</u>

DESPESA

Restos a Pagar	177.331.056,45
Serviço da Dívida a Pagar	10.845.254,15
Depósitos	117.825.074,50
Outras Operações	722.629.094,25
	<u>1.028.630.479,35</u>

Segundo a natureza dos fatos de que resultam e dos efeitos que provocam no patrimônio financeiro, as operações extra-orçamentárias podem ser assim grupadas:

RECEITA

Recebimento de Créditos	5.766.068,24
Formação de Dívidas ...	<u>1.066.200.392,99</u>
	<u>1.071.966.461,23</u>

DESPESA

Formação de Créditos ..	33.127.374,77
Pagamento de Dívidas ..	<u>995.503.104,58</u>
	<u>1.028.630.479,35</u>

2.2.1 - RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA

Recebimento de Créditos - Os ingressos originários do recebimento de créditos inscritos no ativo financeiro apresentam a seguinte composição:

Diversos Responsáveis

Recolhimento no exercício	26.758,34
---------------------------------	-----------

Devedores Diversos

Aida Galanternick	67.000,00
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., c/Atividades Representativas do Estado	89.681,97
Banrisul S.A. - Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio	57.219,27
Devedores do Departamento Estadual de Compras	584.939,40
Devedores do Departamento de Imprensa Oficial	2.990.256,76
Instituto Nacional de Previdência Social	102.233,72
Flávio Obino	1.021.328,41
Jacy Martins Pinto	187.405,00
Zenor Zanin	60.333,50
Outras contas	<u>12.382,55</u>
	5.172.780,58

Suprimentos Autorizados

Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem	542.089,32	
Companhia Materiais Pró Casa Popular	<u>2.800,00</u>	544.889,32

Valores do Estado

Valores realizados no exercício		<u>21.640,00</u>
		<u>5.766.068,24</u>

Formação de Dívidas - Reúnem-se, sob este grupo, a contrapartida de despesas empenhadas e não pagas, as entradas decorrentes de depósitos de terceiros, da colocação de letras do Tesouro e da realização de empréstimos por antecipação da receita. Essas operações assim se discriminam:

Restos a Pagar de 1971

Despesa processada		
Contas a Pagar	25.361.285,90	
Vencimentos a Pagar	77.948.962,42	
Folhas a Pagar	<u>38.315.811,79</u>	
	141.626.060,11	
Despesa não processada		
Empenhos a Liquidar	<u>55.508.094,56</u>	197.134.154,67

Serviço da Dívida a Pagar

Serviço da Dívida Fundada Interna	11.150.829,25	
Serviço da Dívida Fundada Externa	<u>1.428.814,42</u>	12.579.643,67

Depósitos Recebidos

Depósitos Diversos

Comissão sobre Cobrança da Dívida Ativa	952.045,66	
Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - Multas por infração	170.106,38	
Depósitos, c/Tributos Diversos	391.524,04	
Hospital Psiquiátrico São Pedro	91.490,82	
Instituto Nacional de Previdência Social, c/Salário Família	315.401,56	
Pensões Alimentícias	1.203.516,94	
Receitas a Restituir - 1971 ...	26.362,83	
União Federal, c/Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - Taxa Rodoviária Federal	324.634,88	
União Federal, c/Imposto sobre a Renda - Empreiteiros	1.347.756,17	
União Federal, c/Taxa Rodoviária Única	25.012.623,13	
Vencimentos não Reclamados	375.366,16	
Outra contas	<u>30.988,43</u>	30.241.817,00

Depósitos de Consignatários		
Associação dos Fiscais do Imposto de Circulação de Mercadorias	312.307,24	
Associação dos Funcionários das Exatorias Estaduais do Rio Grande do Sul	329.984,20	
Associação dos Funcionários Públicos do Estado do Rio Grande do Sul	3.210.274,41	
Associação dos Funcionários Públicos Inativos do Rio Grande do Sul	98.572,60	
Caixa Econômica Federal do Rio Grande do Sul	675.770,44	
Caixa de Pecúlio dos Militares	275.445,95	
Centro dos Professores Primários do Estado do Rio Grande do Sul	1.785.243,27	
A Boavista Companhia de Seguros de Vida, c/Prêmio de Seguro	193.015,70	
Companhia de Seguros Previdência do Sul, c/Prêmio de Seguro	1.711.524,23	
Companhia Internacional de Seguros, c/Prêmio de Seguro	171.412,98	
Companhia Seguradora Adriática, c/Prêmio de Seguro	149.513,47	
Companhia Seguradora Brasileira, c/Prêmio de Seguro	630.379,00	
Companhia União de Seguros Gerais, c/Prêmio de Seguro	174.184,58	
Cooperativa de Consumo dos Servidores Públicos Ltda.	1.646.413,53	
Instituto Nacional de Previdência Social	1.548.611,85	
Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul	49.782.660,20	
Montepio da Brigada Militar ...	207.092,17	
Montepio Nacional dos Bancários	133.815,42	
Sociedade Financeira dos Servidores	187.493,11	
Sul América Companhia Nacional de Seguros de Vida	73.646,61	
União dos Funcionários da Fazenda Estadual	749.073,39	
União Gaúcha dos Policiais Civis	1.449.239,85	
Outras contas	<u>291.101,94</u>	65.786.776,14
Retenções		555.131,65
Cauções		408.563,07
Depósitos Públicos e Judiciais		2.422,71
Depósitos de Responsáveis		20,00
Depósitos de Autarquias		
Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem, c/Taxa de Fiscalização de Agências e Estações Rodoviárias	187.182,21	

Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem, c/Taxa de Manutenção de Serviços de Rodovias	4.985.146,88	
Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem, c/Taxa Rodoviária	3.040,32	
Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem, c/Taxa Rodoviária em Dívida Ativa	65.524,56	
Instituto Rio-Grandense do Arroz, c/Taxa de Cooperação e Defesa da Orizicultura	7.496.412,03	
Instituto Rio-Grandense do Arroz, c/Taxa de Cooperação e Defesa da Orizicultura em Dívida Ativa	177.760,17	
Instituto Sul-Rio-Grandense de Carnes, c/Receita de Exercícios Anteriores	18.660,32	
Instituto Sul-Rio-Grandense de Carnes, c/Taxa de Cooperação sobre Bovinos	607.413,52	
Instituto Sul-Rio-Grandense de Carnes, c/Taxa de Cooperação sobre Bovinos em Dívida Ativa ..	<u>47.874,14</u>	13.589.014,15

Outras Operações

Contribuições para Autarquias

Departamento Aeroviário do Estado, c/Contribuição para Custeio	1.840.039,19	
Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem, c/Contribuição para Custeio	49.597.288,00	
Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem, c/Contribuição para Investimentos	96.330.000,00	
Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem, c/Taxa Rodoviária Única	18.900.000,00	
Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais, c/Contribuição para Custeio	15.625.000,00	
Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais, c/Contribuição para Investimentos	8.303.349,24	
Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul, c/Abono Familiar - Lei 2.605/55	200.000,00	
Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul, c/Melhoria às Pensões em Manutenção	7.509.820,86	
Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul, c/Quota de Previdência	71.153.235,70	
Instituto Tecnológico do Rio Grande do Sul, c/Contribuição para Custeio	2.090.956,76	
Instituto Tecnológico do Rio Grande do Sul, c/Contribuição para Investimentos	<u>391.853,00</u>	271.941.542,75

Contribuições para Fundações		
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul	1.100.000,00	
Fundação Escola Técnica Libertador Salzano Vieira da Cunha ...	900.000,00	
Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor	3.224.135,00	
Fundação Gaúcha do Trabalho ...	419.000,00	
Fundação Orquestra Sinfônica de Porto Alegre	<u>2.262.483,00</u>	7.905.618,00
Fundo de Participação dos Municípios		45.839.307,60
Credores Diversos		
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S. A., c/Despesas de Condomínio	144.416,71	
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S. A., c/Fundo de Garantia Tempo de Serviço	438.903,67	
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S. A., c/Liquidação do Ativo do Banco Pelotense	146.722,42	
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S. A., c/Repasso do Banco Central do Brasil	2.024.471,12	
Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, c/Fundo de Cooperação Financeira a Integralizar	2.500.000,00	
Central de Abastecimento S. A., c/Capital a Integralizar	3.245.000,00	
Companhia Estadual de Energia Elétrica, c/Capital a Integralizar	31.412.523,46	
Companhia Estadual de Silos e Armazéns, c/Capital a Integralizar	10.460.000,00	
Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul, c/Capital a Integralizar	200.000,00	
Companhia Rio-Grandense de Saneamento, c/Capital a Integralizar	12.032.000,00	
Companhia Rio-Grandense de Telecomunicações, c/Capital a Integralizar	15.000.000,00	
Companhia Rio-Grandense de Turismo, c/Capital a Integralizar	2.275.000,00	
Indústria de Celulose Borregaard S. A., c/Capital a Integralizar	1.266.968,00	
Outras contas	<u>159.831,22</u>	81.305.836,60
Débitos de Tesouraria		
Banco do Brasil S. A., c/Antecipação da Receita	71.604.125,09	
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S. A., c/Antecipação da Receita	7.609.131,75	
Letras do Tesouro	<u>259.088.852,29*</u>	338.302.109,13

Cheques a Pagar		263.932,65
Prefeituras Municipais, c/Credoras		10.691,92
Departamento Estadual de Compras		
Fundo de Estoque de Material ..	71.733,48	
Empenhos, c/Fundo de Estoque de		
Material	<u>262.077,80</u>	<u>333.811,28</u>
		<u>1.066.200.392,99</u>

2.2.2 - DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA

Formação de Créditos - Em decorrência de saídas financeiras e em contrapartida da receita realizada, foram inscritos, no exercício de 1971, os créditos relacionados a seguir:

Diversos Responsáveis

Glosas aplicadas no exercício		115.953,70
-------------------------------------	--	------------

Devedores Diversos

Adelaide Gonçalves e outros	32.311,80	
Antecipações efetuadas pelo Departamento Estadual de Compras	914.372,56	
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S. A., c/Atividades Representativas do Estado	21.424,98	
Banrisul S. A. - Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio	10.720.619,45	
Caixa Econômica Federal do Rio Grande do Sul	22.723,25	
Companhia Estadual de Energia Elétrica, c/Imposto Único sobre Energia Elétrica a aplicar	5.338.704,53	
Companhia Rio-Grandense de Telecomunicações	4.602.339,99	
Instituto Nacional de Previdência Social	93.127,08	
Jacy de Souza Mendonza	187.395,00	
Serviços faturados pelo Departamento de Imprensa Oficial	6.759.976,14	
União Federal, c/Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - Taxa Rodoviária Federal	20.757,17	
Zaida Nunes do Rosário e outros	39.446,37	
Outras contas	<u>7.830,30</u>	<u>28.761.028,62</u>

Suprimentos autorizados

Companhia Intermunicipal de Estradas Alimentadoras	2.600.000,00	
Companhia Materiais Pró Casa Popular	<u>366.865,09</u>	<u>2.966.865,09</u>

Prefeituras, c/Devedoras

Créditos formados no exercício, resultantes de várias operações		<u>1.283.527,36</u>
		<u>33.127.374,77</u>

Pagamento de Dívidas - O pagamento de resíduos passivos, o cancelamento dos mesmos em contrapartida da receita, a restituição de depósitos, os resgates de letras do Tesouro e de empréstimos por antecipação de receita, assim se discriminam:

Restos a Pagar

de 1966	3.686.228,66	
de 1967	545.093,16	
de 1968	862.460,40	
de 1969	24.908.863,55	
de 1970	<u>147.328.410,68</u>	177.331.056,45

Serviço da Dívida a Pagar

Serviço da Dívida Fundada Interna	10.845.007,22	
Serviço de Juros da Dívida Flutuante	<u>246,93</u>	10.845.254,15

Depósitos Restituídos

Depósitos Diversos

Comissão sobre Cobrança da Dívida Ativa	565.812,66	
Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - Multas por infração	213.003,50	
Depósitos, c/Tributos Diversos	411.537,09	
Hospital Psiquiátrico São Pedro	84.134,79	
Instituto Nacional de Previdência Social, c/Salário-Família	315.750,38	
Pensões Alimentícias	1.218.268,02	
Receitas a Restituir - 1970 ...	8.192,86	
Taxa Rodoviária Única, c/Municípios	1.807.777,83	
União Federal, c/Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - Taxa Rodoviária Federal	1.247.620,03	
União Federal, c/Imposto sobre a Renda - Empreiteiros	1.302.410,63	
União Federal, c/Taxa Rodoviária Única	30.871.916,65	
Vencimentos não Reclamados	345.058,34	
Outras contas	<u>20.714,90</u>	38.412.197,68

Depósitos de Consignatários

Associação dos Ferroviários Aposentados do Estado do Rio Grande do Sul	66.035,99	
--	-----------	--

Associação dos Fiscais do Imposto de Circulação de Mercadorias	283.009,65	
Associação dos Funcionários das Exatorias Estaduais do Rio Grande do Sul	306.000,58	
Associação dos Funcionários Públicos do Estado do Rio Grande do Sul	3.217.314,37	
Associação dos Servidores Públicos Inativos do Estado do Rio Grande do Sul	98.550,63	
Caixa Econômica Federal do Rio Grande do Sul	863.267,79	
Caixa de Pecúlio dos Militares	253.125,93	
Centro dos Professores Primários do Estado do Rio Grande do Sul	1.825.802,76	
A Boavista Companhia de Seguros de Vida, c/Prêmio de Seguro ..	185.898,42	
Companhia de Seguros Previdência do Sul, c/Prêmio de Seguro ...	1.640.857,87	
Companhia Internacional de Seguros, c/Prêmio de Seguro	167.975,07	
Companhia Seguradora Adriática, c/Prêmio de Seguro	148.510,68	
Companhia Seguradora Brasileira, c/Prêmio de Seguro	640.088,99	
Companhia União de Seguros Gerais, c/Prêmio de Seguro	166.991,59	
Cooperativa de Consumo dos Servidores Públicos Ltda.	1.667.947,16	
Instituto Nacional de Previdência Social	1.723.794,97	
Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul	47.670.707,90	
Montepio da Brigada Militar ...	208.819,14	
Montepio Nacional dos Bancários	116.364,19	
Sociedade Financeira dos Servidores	187.686,86	
União dos Funcionários da Fazenda Estadual	749.687,79	
União Gaúcha dos Policiais Civis	1.532.126,25	
Outras contas	<u>275.932,70</u>	63.996.497,28
Retenções		216.624,87
Cauções		374.943,91
Depósitos Públicos e Judiciais		901,14
Depósitos de Autarquias		
Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem, c/Taxa de Fiscalização de Agências e Estações Rodoviárias	306.600,95	
Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem, c/Taxa de Manutenção de Serviços de Rodovias	4.884.108,98	
Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem, c/Taxa Rodoviária	700.536,79	
Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem, c/Taxa Rodoviária em Dívida Ativa	385.808,85	

Instituto Rio-Grandense do Arroz, c/Taxa de Cooperação e Defesa da Orizicultura	7.704.346,93	
Instituto Rio-Grandense do Arroz, c/Taxa de Cooperação e Defesa da Orizicultura em Dívida Ativa	170.475,13	
Instituto Sul-Rio-Grandense de Carnes, c/Fundo de Cooperação da Classe Rural em Dívida Ativa	16.744,33	
Instituto Sul-Rio-Grandense de Carnes, c/Taxa de Cooperação sobre Bovinos	607.413,52	
Instituto Sul-Rio-Grandense de Carnes, c/Taxa de Cooperação sobre Bovinos em Dívida Ativa ..	<u>47.874,14</u>	14.823.909,62

Outras Operações

Contribuições para Autarquias

Departamento Aeroviário do Estado, c/Contribuição para Custeio	1.959.405,34	
Departamento Aeroviário do Estado, c/Contribuição para Investimentos	732.477,51	
Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem, c/Contribuição para Custeio	50.026.996,02	
Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem, c/Contribuição para Investimentos	103.376.713,72	
Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem, c/Taxa de Transportes	46.499,66	
Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais, c/Contribuição para Custeio	18.744.333,32	
Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais, c/Contribuição para Investimentos	5.387.637,20	
Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais, c/Taxa de Transportes	67.921,84	
Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul, c/Abono Familiar - Lei 2.605/55 ...	1.220.200,00	
Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul, c/Contribuição Amparo Mútuo	2.050,00	
Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul, c/Contribuição Fixa	44.953.235,70	
Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul, c/Contribuição Variável	1.206.401,09	
Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul, c/Lei 4.171/61	839.891,95	
Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul, c/Melhoria às Pensões em Manutenção ..	7.501.638,91	

Instituto Tecnológico do Rio Grande do Sul, c/Contribuição para Custeio	2.096.956,76	
Instituto Tecnológico do Rio Grande do Sul, c/Contribuição para Investimentos	<u>552.451,63</u>	238.714.810,65

Contribuições para Fundações

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul ..	800.000,00	
Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha ...	820.000,00	
Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor	2.871.317,00	
Fundação Gaúcha do Trabalho ...	273.000,00	
Fundação Orquestra Sinfônica de Porto Alegre	<u>1.225.559,75</u>	5.989.876,75
Fundo de Participação dos Municípios		50.623.641,98

Credores Diversos

Aços Finos Piratini S.A., c/Capital a Integralizar	2.378.787,14	
Aços Finos Piratini S.A., c/Compra de Material	239.409,22	
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S. A., c/Fundo de Garantia Tempo de Serviço	351.957,41	
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S. A., c/Repasse do Banco Central do Brasil	8.168.329,18	
Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, c/Fundo de Cooperação Financeira a Integralizar	6.058.342,17	
Companhia Estadual de Energia Elétrica, c/Capital a Integralizar	46.325.826,96	
Companhia Estadual de Energia Elétrica, c/Taxa de Eletrificação vinculada ao Aumento de Capital	2.510.476,54	
Companhia Estadual de Silos e Armazéns, c/Capital a Integralizar	12.924.350,95	
Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul, c/Capital a Integralizar	342.040,48	
Companhia Rio-Grandense de Saneamento, c/Capital a Integralizar	3.703.200,00	
Companhia Rio-Grandense de Telecomunicações, c/Capital a Integralizar	20.024.751,19	
Indústria de Celulose Borregaard S. A., c/Capital a Integralizar	2.065.704,00	
Produtos Gaúchos S. A., c/Capital a Integralizar	635.000,00	
Ribeiro Franco S. A.	635.000,00	

Secretaria de Educação e Cultura, c/Expansão do Ensino Primário	2.139.000,00	
Outras contas	<u>25.785,29</u>	108.527.960,53
Débitos de Tesouraria		
Banco do Brasil S.A., c/Antecipação da Receita	51.604.125,09	
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., c/Antecipação da Receita	22.388.179,23	
Companhia Rio-Grandense de Saneamento, c/Antecipação da Receita	8.000.000,00	
Letras do Tesouro	<u>202.969.623,91</u>	284.961.928,23
Cheques a Pagar		418.687,57
Departamento Estadual de Compras		
Fundo de Estoque de Material ..	203.115,13	
Empenhos, c/Fundo de Estoque de Material	<u>61.698,64</u>	<u>264.813,77</u>
		<u>995.503.104,58</u>

2.3.0 - REFLEXOS DA GESTÃO FINANCEIRA SOBRE O PATRIMÔNIO FINANCEIRO

A gestão financeira, compreendendo a execução orçamentária e as entradas e saídas efetuadas independentemente da Lei de Meios, modifica a composição do patrimônio financeiro.

Essas alterações são evidenciadas através do confronto entre as disponibilidades iniciais e finais e a conjugação, classe a classe, das operações extra-orçamentárias, conforme segue:

Nas disponibilidades

Situação final	65.868.556,40
Situação inicial	<u>60.851.579,30</u>
Aumento de disponibilidades	<u>5.016.977,10</u>

No ativo realizável

Formação de créditos	33.127.374,77
Recebimento de créditos ...	<u>5.766.068,24</u>
Aumento de créditos	<u>27.361.306,53</u>

Na dívida flutuante

Formação de dívidas	1.066.200.392,99	
Pagamento de dívidas	<u>995.503.104,58</u>	
Aumento de dívidas		<u>70.697.288,41</u>

A soma algébrica das variações expostas reflete o resultado financeiro do exercício, como se vê:

Variações passivas

Aumento de dívidas		70.697.288,41
--------------------------	--	---------------

Menos

Variações ativas

Aumento de disponibilidades	5.016.977,10	
Aumento de créditos	<u>27.361.306,53</u>	<u>32.378.283,63</u>

Deficit financeiro do exercício		<u>38.319.004,78</u>
---------------------------------------	--	----------------------

Importa assinalar que as modificações experimentadas pelo patrimônio financeiro decorreram somente da gestão financeira. Este fato revela rigorosa observância do princípio doutrinário, segundo o qual as variações quantitativas do mencionado grupo patrimonial devem resultar, exclusivamente, da execução orçamentária.

3 - BALANÇO PATRIMONIAL

A composição quantitativo-qualitativa do patrimônio do Estado, em 31 de dezembro de 1971, é demonstrada pelo Balanço Patrimonial.

Conforme figura nesta peça técnica, o patrimônio administrativo do Estado está classificado em dois grupos fundamentais de contas: o financeiro e o permanente.

No grupo financeiro, as disponibilidades, os créditos de tesouraria e os valores realizáveis formam o ativo, enquanto os débitos de tesouraria, os depósitos de terceiros e os resíduos passivos compõem o passivo.

O grupo permanente reúne, como elementos positivos, os bens de uso especial, os bens de renda, as participações, os créditos de lenta realização, os valores ativos em liquidação, os fundos de financiamento e de aumento de capital e os estoques de material e, como integrantes negativos, a dívida fundada interna e externa.

A composição do patrimônio financeiro, cuja situação líquida é negativa, assim se sintetiza:

Passivo

Restos a Pagar	280.844.492,68	
Serviço da Dívida a Pagar	36.642.964,09	
Depósitos	33.127.343,30	
Débitos de Tesouraria ...	214.006.719,63	
Diversos	<u>211.383.107,19</u>	776.004.626,89

Ativo

Disponível	65.868.556,40	
Realizável	<u>68.054.383,49</u>	<u>133.922.939,89</u>
Passivo financeiro descoberto		<u>642.081.687,00</u>

O deficit financeiro do exercício foi o único fator a influir na deterioração do passivo financeiro descoberto, conforme se expõe:

Passivo financeiro descoberto em 31/12/70 ..	603.762.682,22
Mais	
Deficit resultante da execução orçamentária	<u>38.319.004,78</u>
Passivo financeiro descoberto em 31/12/71 ..	<u>642.081.687,00</u>

Impõe-se mencionar, no entanto, que o agravamento da situação líquida financeira, verificado no período administrativo de 1971, foi o menor dos últimos anos, representando um acréscimo de apenas 6,35 % em relação ao descoberto do ano anterior.

Por seu turno, o patrimônio permanente apresenta uma situação líquida positiva, cujo montante se evidencia, a seguir, mediante o confronto sintético de seus elementos ativos e passivos:

Ativo

Bens Móveis	63.834.537,78	
Bens Imóveis	111.825.301,26	
Bens de Natureza Industrial	8.478.596,81	
Créditos	202.234.200,19	
Participações	1.151.212.106,24	
Diversos	<u>70.054.150,03</u>	1.607.638.892,31

Passivo

Dívida Fundada Interna	212.174.437,59	
Dívida Fundada Externa	<u>16.697.602,23</u>	<u>228.872.039,82</u>
Ativo permanente líquido		<u>1.378.766.852,49</u>

A soma algébrica das duas situações líquidas parciais expressa a situação líquida global, como se vê:

Ativo permanente líquido	1.378.766.852,49
Passivo financeiro descoberto	<u>642.081.687,00</u>
Ativo Real Líquido	<u>736.685.165,49</u>

As garantias dadas e recebidas pelo Estado, os valores em depósito, os valores nominais emitidos, além de outras situações que, embora estranhas à determinação do fundo patrimonial, possam vir a afetar o patrimônio mediata ou indiretamente, encontram-se, também, nesta peça técnica, agrupadas nas contas de compensação.

A síntese dessas contas assim se apresenta:

Valores em poder de terceiros	54.651.183,30
Valores de terceiros	4.315.634,15
Valores nominais emitidos ...	102.722.308,16
Diversos	<u>922.580.631,93</u>
	<u>1.084.269.757,54</u>

3.1.0 - ATIVO DO ESTADO

São analisados, a seguir, os elementos componentes do ativo, segundo os grupos em que se classifica o patrimônio.

3.1.1 - ATIVO FINANCEIRO

A soma dos valores disponíveis e dos créditos realizáveis, no montante de Cr\$ 133.922.939,89, expressa a extensão monetária da substância patrimonial financeira. Em relação ao total do ano anterior, constata-se um crescimento da ordem de Cr\$ 32.378.283,63, como se expõe:

	1971	1970	Aumento em 1971
Disponível	65.868.556,40	60.851.579,30	5.016.977,10
Realizável	<u>68.054.383,49</u>	<u>40.693.076,96</u>	<u>27.361.306,53</u>
	<u>133.922.939,89</u>	<u>101.544.656,26</u>	<u>32.378.283,63</u>

As disponibilidades de tesouraria assim se classificam:

Caixa	1.825.607,63
Bancos	58.062.956,35
Exatores	991.445,48
Remessas de Exatores ..	4.858.457,54
Suprimentos a Exatores	130.000,00
Moedas e Metais	<u>89,40</u>
	<u>65.868.556,40</u>

Os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária distribuem-se pelas seguintes contas:

Diversos Responsáveis..	131.519,36
Devedores Diversos	59.874.164,31
Suprimentos Autorizados	3.875.287,50
Prefeituras, c/Devedoras	4.171.106,04
Valores do Estado	<u>2.306,28</u>
	<u>68.054.383,49</u>

Nos minuciosos anexos que acompanham o Balanço Patrimonial é feita a análise desses títulos. Entretanto, é oportuno tecer algumas considerações sobre sua significação e origem.

Em "Diversos Responsáveis" figuram as responsabilidades de funcionários, resultantes de pagamentos indevidos ou receitas não arrecadadas.

No grupo "Devedores Diversos", com um saldo de Cr\$ 59.874.164,31, englobam-se os débitos de terceiros de diferentes origens. Destacam-se, dentre esses, os seguintes: a União Federal, com Cr\$ 17.624.635,76, referentes ao pagamento efetuado pelo Estado, nos exercícios de 1959 a 1968, a inativos ferroviários; os devedores do Departamento de Imprensa Oficial, principalmente repartições estaduais, com Cr\$ 17.091.865,99; a "Banrisul S. A.", Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio, com Cr\$ 10.663.400,18, relativos a operações com valores mobiliários pendentes de liquidação; a Companhia Estadual de Energia Elétrica, com Cr\$ 6.864.460,66, decorrentes de parcelas do imposto único sobre energia elétrica, recebidas pela mencionada empresa, a serem aplicadas pelo Estado em futuros aumentos de capital, e a Companhia Rio-Grandense de Telecomunicações, com Cr\$ 4.602.339,99, referentes a suprimentos feitos pelo Estado, a serem aplicados em aumentos de capital.

Sob o título "Suprimentos Autorizados" reúnem-se os débitos de diversas entidades, num total de Cr\$ 3.875.287,50. Deste montante, cabe destacar a Companhia Intermunicipal de Estradas Alimentadoras, com Cr\$ 2.600.000,00; o Instituto Sul-Rio-Grandense de Carnes, com Cr\$ 638.589,29; a Companhia Materiais Pró Casa Popular, com Cr\$ 364.065,09, e a Rede Ferroviária Federal S. A., com Cr\$ 251.879,00. A regularização dessa última parcela encontra-se na dependência da realização de encontro de contas entre o Estado e aquela empresa.

Na conta "Prefeituras, c/Devedoras" registram-se os débitos de diversas prefeituras municipais, num total de Cr\$ 4.171.106,04. A Prefeitura de Porto Alegre contribui para a formação dessa soma com Cr\$ 2.189.755,09.

Finalmente, com a inexpressiva importância de Cr\$ 2.306,28, comparece "Valores do Estado", conta que reúne os títulos de renda pertencentes ao Estado. As 2.240 debêntures da Companhia de Indústrias Gerais de Obras e Terras, no valor nominal unitário de Cr\$ 1,00, formam a parcela mais significativa daquele total.

3.1.2 - ATIVO PERMANENTE

O ativo permanente, compreendendo os bens de uso, os créditos de lenta realização, as participações e outras inversões a longo prazo, comparece no Balanço Patrimonial com a soma de ... Cr\$ 1.607.638.892,31.

O desdobramento do patrimônio permanente e as variações de cada grupo que o compõe e do montante global em relação ao ano anterior, assim se apresentam:



	1971	1970	Varição em 1971
Bens Móveis...	63.834.537,78	43.568.451,15	+ 20.266.086,63
Bens Imóveis..	111.825.301,26	98.757.692,04	+ 13.067.609,22
Bens de Natureza Industrial	8.478.596,81	8.478.596,81	-
Créditos.....	202.234.200,19	136.917.745,81	+ 65.316.454,38
Participações.	1.151.212.106,24	893.414.370,74	+257.797.735,50
Diversos.....	70.054.150,03	75.522.958,41	- 5.468.808,38
	<u>1.607.638.892,31</u>	<u>1.256.659.814,96</u>	<u>+350.979.077,35</u>

Os elementos compreendidos nos títulos "Bens Móveis", "Bens Imóveis" e "Bens de Natureza Industrial" não foram, ainda, objeto de inventário físico.

O grupo "Créditos" engloba as seguintes contas:

Prefeituras, c/Empréstimo Externo 1927	417.804,69
Dívida Ativa	198.145.864,96
União Federal, c/Responsabilidades Diversas	48.871,77
Devedores por Empréstimos	3.620.067,31
Prefeituras, c/Empréstimo Interno de Conversão da Dívida Externa	<u>1.591,46</u>
	<u>202.234.200,19</u>

O valor inscrito na conta "Dívida Ativa" refere-se, na sua maior parte, a débitos de contribuintes, relativos ao imposto de circulação de mercadorias, não satisfeitos nos respectivos prazos. Esses créditos destacam-se não só no grupo em que se classificam, como também dentre os demais componentes do patrimônio permanente.

Em 1971, a "Dívida Ativa" apresentou as seguintes variações:

Saldo em 31/12/70	132.855.101,22
Mais: Inscricões	80.947.834,33
Menos: Cobranças	<u>15.657.070,59</u>
	<u>65.290.763,74</u>
Saldo em 31/12/71	<u>198.145.864,96</u>

Cabe citar, ainda, a conta "Devedores por Empréstimos", do valor de Cr\$ 3.620.067,31. Nesta quantia predominam as dívidas das prefeituras municipais, relacionadas com a revenda de equipamentos pelo Estado, com financiamento idêntico ao proporcionado pelo fornecedor.

No grupo "Participações" reúnem-se as ações representativas do capital de empresas, assim distribuídas:

Participações em Sociedade de Economia Mista	1.129.200.267,24
Participações Diversas	<u>22.011.839,00</u>
	<u>1.151.212.106,24</u>

As empresas de cujo capital o Estado participa são especificadas através dos quadros que seguem. Nesses demonstrativos destacam-se o capital subscrito, as parcelas integralizadas e as pendentes de integralização, sendo as últimas desdobradas, ainda, conforme tenham, ou não, sido empenhadas.

DEMONSTRATIVO DA PARTICIPAÇÃO DO ESTADO NO CAPITAL DAS SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA

ESPECIFICAÇÃO	Capital Integralizado	Capital a integralizar (Despesa empenhada)	Participação em 31/12/71	Capital a integralizar (Despesa a empenhar)	Total subscrito
Aços Frios Piratini S. A.	22.896.495,25	6.307.044,75	29.083.540,00	56.163.110,00	85.246.650,00
Açúcar Gaúcho S. A.	2.259.000,00	-	2.259.000,00	-	2.259.000,00
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S. A.	33.848.594,00	-	33.848.594,00	3.300.626,00	37.149.220,00
Centrais Elétricas do Sul do Brasil S. A.	6.052.210,00	-	6.052.210,00	-	6.052.210,00
Central de Abastecimento S. A.	765.000,00	3.500.000,00	4.345.000,00	3.305.000,00	7.650.000,00
Companhia Estadual de Energia Elétrica	568.954.751,94	10.757.948,06	579.712.700,00	-	579.712.700,00
Companhia Rio-Grandense de Laticínios e Correlatos	10.120.638,00	-	10.120.638,00	-	10.120.638,00
Companhia Estadual de Silos e Armazéns	72.639.268,96	1.732.998,69	74.372.247,65	21.722.752,35	96.095.000,00
Companhia Materiais Pró Casa Popular	34.000,00	1.072.000,00	1.106.000,00	-	1.106.000,00
Companhia Rio-Grandense de Mineração	12.657.800,00	-	12.657.800,00	-	12.657.800,00
Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul	2.950.278,80	1.249.421,20	4.199.700,00	800.000,00	4.999.700,00
Companhia Intermunicipal de Estradas Alimentadoras	326.000,00	-	326.000,00	-	326.000,00
Companhia Rio-Grandense de Saneamento	169.170.200,00	10.828.800,00	179.999.000,00	-	179.999.000,00
Companhia Rio-Grandense de Telecomunicações	147.899.052,59	-	147.899.052,59	14.075.250,91	162.774.311,50
Companhia Rio-Grandense de Turismo	225.000,00	2.275.000,00	2.500.000,00	-	2.500.000,00
Patrão Brasileiro S. A.	37.618.785,00	-	37.618.785,00	-	37.618.785,00
Produtos Gaúchos S. A.	2.885.000,00	215.000,00	3.100.000,00	-	3.100.000,00
	1.091.102.054,54	28.098.212,70	1.129.200.267,24	100.166.747,26	1.229.367.014,50

DEMONSTRATIVO DAS PARTICIPAÇÕES DIVERSAS DO ESTADO

ESPECIFICAÇÃO	Capital Integralizado	Capital a integralizar (Despesa empenhada)	Participação em 31/12/71	Capital a integralizar (Despesa a empenhar)	Total subscrito
Agrale S.A. - Tratores e Motores	1.500.000,00	-	1.500.000,00	-	1.500.000,00
Banco da Província do Rio Grande do Sul S. A.	2.576,00	-	2.576,00	-	2.576,00
Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul	8.000.000,00	-	8.000.000,00	-	8.000.000,00
Companhia Brasileira do Cobre ...	553.950,00	-	553.950,00	-	553.950,00
Construções Eletromecânicas S. A.	119.959,00	-	119.959,00	-	119.959,00
Frigorífico Anselmi S. A. - Indústria de Carnes, Derivados e Conservas	-	-	-	600.000,00	600.000,00
Indústria de Celulose Borregaard S. A.	5.465.704,00	-	5.465.704,00	-	5.465.704,00
Indústria de Electro-Aços Planço S. A.	-	350.000,00	350.000,00	-	350.000,00
"VARIG", S. A. (Viação Aérea Rio-Grandense)	6.019.650,00	-	6.019.650,00	-	6.019.650,00
	21.661.839,00	350.000,00	22.011.839,00	600.000,00	22.611.839,00

Em confronto com a posição existente no final de 1970, a participação do Estado nas sociedades de economia mista aumentou em Cr\$ 252.325.517,50, assim distribuídos:

Centrais Elétricas do Sul do Brasil S. A.	6.052.210,00	
Central de Abastecimento S. A.	3.245.000,00	
Companhia Estadual de Energia Elétrica	140.206.300,00	
Companhia Estadual de Silos e Armazéns	10.450.000,00	
Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul	200.000,00	
Companhia Rio-Grandense de Laticínios e Correlatos	2.121.638,00	
Companhia Rio-Grandense de Mineração	2.668.028,00	
Companhia Rio-Grandense de Saneamento	30.000.000,00	
Companhia Rio-Grandense de Telecomunicações	44.654.581,50	
Companhia Rio-Grandense de Turismo	2.500.000,00	
Petróleo Brasileiro S. A.	9.227.760,00	
		<u>252.325.517,50</u>

As parcelas relativas à Companhia Rio-Grandense de Turismo e à Centrais Elétricas do Sul do Brasil S. A. referem-se a novas participações.

O aumento líquido verificado na participação do capital da Petróleo Brasileiro S. A. provém dos seguintes fatos:

Subscrição de ações	6.771.333,00	
Bonificação em ações	<u>9.000.378,00</u>	15.771.711,00
Menos		
Alienação de ações		<u>6.543.951,00</u>
Aumento líquido		<u>9.227.760,00</u>

Por sua vez, o crescimento das aplicações de capital escrituradas sob o título "Participações Diversas", no montante de Cr\$ 5.472.218,00, assim se demonstra:

"VARIG", S. A. (Viação Aérea Rio-Grandense)

Tomada de novas ações	1.203.930,00	
Bonificação em ações	<u>3.001.320,00</u>	4.205.250,00
Indústria de Celulose Borregaard S. A.		
Tomada de novas ações		<u>1.266.968,00</u>
Aumento		<u>5.472.218,00</u>

Os Cr\$ 70.054.150,03 correspondentes ao grupo "Diversos" decompõem-se nas seguintes contas:

Fundos para Financiamento	58.224.066,25
Valores Ativos em Liquidação..	12.913,11
Fundos para Aumento de Capital	6.000.000,00
Almoxarifados	<u>5.817.170,67</u>
	<u>70.054.150,03</u>

Os diversos fundos constituídos pelo Estado, destinados a financiar setores específicos da economia rio-grandense, assim se discriminam:

Administrados pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S. A.

Carteira de Crédito Agrícola.....	13.072.678,88
Plano de Financiamento à Indústria Hoteleira ..	10.000,00
Fundo de Amparo ao Esporte Gaúcho	2.500.000,00

Administrados pelo Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul

Fundo de Cooperação Financeira	29.471.087,37
Fundo de Investimentos da Pecuária	2.670.300,00
Fundo do Estado do Rio Grande do Sul	<u>10.500.000,00</u>
	<u>58.224.066,25</u>

O acréscimo global de Cr\$ 8.919.495,22, verificado em relação ao ano anterior, resulta dos seguintes aportes:

Carteira de Crédito Agrícola..	3.919.495,22
Fundo de Cooperação Financeira	2.500.000,00
Fundo do Estado do Rio Grande do Sul	<u>2.500.000,00</u>
	<u>8.919.495,22</u>

Sob o título "Fundos para Aumento de Capital" consta a quantia de Cr\$ 6.000.000,00, relativa a auxílios concedidos a diversas prefeituras municipais, para aplicação em projetos de eletrificação rural, cujas obras, quando concluídas, serão incorporadas ao patrimônio da Companhia Estadual de Energia Elétrica, à conta de aumento de capital, pelo valor dos auxílios concedidos.

O saldo da conta "Almoxarifados" expressa a extensão monetária dos materiais inventariados, ao término de 1971, nas diversas unidades administrativas. Essa providência tem em mira fixar a responsabilidade patrimonial dos agentes responsáveis e instruir os processos de tomadas de conta respectivos.

Completando a apreciação do ativo permanente, cabe mencionar que na conta "Valores Ativos em Liquidação" registram-se os remanescentes do acervo do extinto Banco Pelotense, em fase final de liquidação.

3.2.0 - DÍVIDAS DO ESTADO

As dívidas do Estado apresentavam, em 31 de dezembro de 1971, a seguinte composição:

Dívida Fundada Externa	16.697.602,23
Dívida Fundada Interna	212.174.437,59
Dívida Flutuante	<u>776.004.626,89</u>
	<u>1.004.876.666,71</u>

Inicialmente, convém esclarecer que a dívida pública não encontra cobertura nos componentes do ativo, a não ser na reduzida parcela dos valores disponíveis e realizáveis. Além disso, deve-se ter presente que, em grande parte, a receita de empréstimos é aplicada em bens de uso comum que não se incorporam ao patrimônio.

Os recursos para o atendimento dos encargos da dívida originam-se da receita, particularmente da de impostos. Por essa razão, torna-se grandemente significativa a comparação do comportamento da receita de impostos com o da dívida no último quinquênio, como se vê:

Ano	Receita de impostos	Índice	Dívida pública	Índice
1967	436.917.111,39	100	344.099.021,02	100
1968	647.397.890,92	148	512.429.344,05	149
1969	871.802.375,30	199	754.897.045,06	219
1970	1.133.684.194,55	259	903.337.868,92	262
1971	1.549.462.968,24	355	1.004.876.666,71	292

Os dados expostos demonstram que o ritmo de crescimento da dívida foi superior ao da receita até 1970. No último ano, todavia, o índice de aumento desta superou o da dívida. A mesma comparação pode ser melhor divisada através do gráfico da página 74.

No ano de 1971, o serviço da dívida pública, compreendendo a amortização da dívida fundada e os demais encargos com o passivo do Estado, atingiu o montante de Cr\$ 117.413.563,31.

Os gastos com o serviço da dívida e a relação percentual destes sobre a receita de impostos, no último lustro, assim se apresentam:

Ano	Serviço da dívida pública	Índice	Porcentagem do serviço da dívida pública sobre a receita de impostos
1967	23.356.841,16	100	5,35
1968	38.965.435,16	167	6,02
1969	66.989.512,40	287	7,68
1970	82.889.955,31	355	7,31
1971	117.413.563,31	503	7,58

Como se demonstra, os encargos com a dívida vem crescendo em números absolutos. Percentualmente, em relação à receita de impostos, verificou-se um pequeno aumento em 1971, sem alcançar, todavia, o ponto máximo assinalado em 1969.

Segue-se a apreciação da dívida pública segundo os diferentes grupos que a compõem.

ÍNDICES DA DÍVIDA PÚBLICA E DA RECEITA DE IMPOSTOS

POR QÜINQUÊNIO

ANO	IMPOSTOS índice	DÍVIDA PÚBLICA índice
1967	100	100
1968	148	149
1969	199	219
1970	259	262
1971	355	292

MILHÖES
DE Cr\$

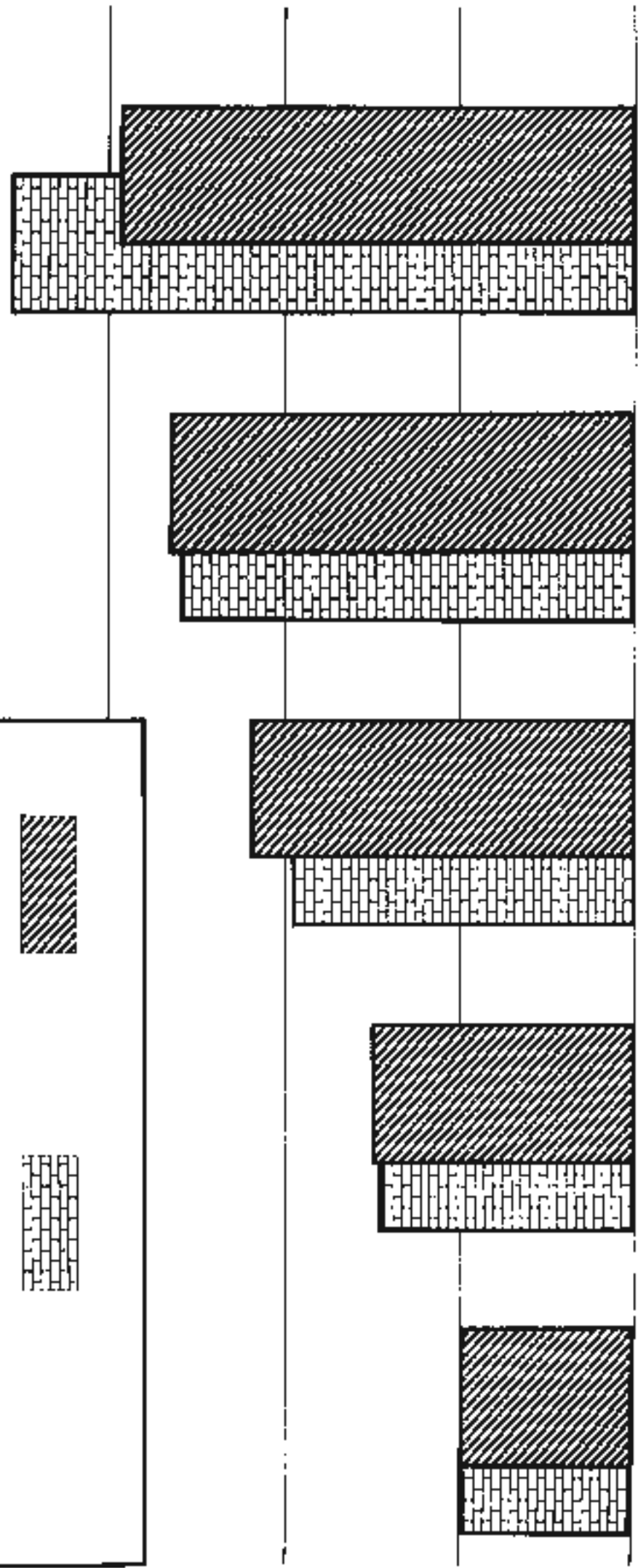
400

300

200

100

0



1971

1970

1969

1968

1967

3.2.1 - DÍVIDA FUNDADA EXTERNA

A dívida fundada externa, em 31 de dezembro de 1971, equivalia a Cr\$ 16.697.602,23. Para a conversão dos débitos em moeda estrangeira foram adotadas as taxas de câmbio vigentes no último dia do ano - Cr\$ 5.635 para o dólar e Cr\$ 14.41714 para a libra - a teor do artigo 106 da Lei federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Os compromissos como exterior compreendem saldos de empréstimos lançados nas primeiras décadas deste século e obrigações decorrentes de compras, em 1969 e 1971, de equipamento financiado pelos exportadores.

O serviço da dívida compreendida no primeiro grupo é atendido pela União, nos termos do Decreto-Lei federal nº 6.019, de 23 de novembro de 1943. Ao Estado cabe o reembolso das quantias despendidas.

No outro grupo figuram os financiamentos decorrentes, o primeiro, da compra de tratores, e, o outro, da importação de parte do equipamento necessário à instalação da TV Educativa. Essas operações foram realizadas, respectivamente, com a Caterpillar Americas Co., em dólares, e com The Marconi Company Limited, em libras. Os encargos desses débitos são atendidos diretamente pelo Estado.

O comportamento da dívida fundada externa, nos últimos cinco anos, assim se apresenta, em moeda nacional e estrangeira:

Ano	US\$	Índice	£	Índice	Cr\$	Índice
1967	1.635.500,00	100	110.560,00	100	5.276.356,51	100
1968	1.635.500,00	100	110.560,00	100	7.275.151,18	138
1969	2.417.646,68	148	107.920,00	98	11.645.795,11	221
1970	1.835.362,41	112	102.520,00	93	10.300.951,62	195
1971	1.607.793,87	98	529.764,14	479	16.697.602,23	316

Os dados expostos revelam, em 1971, o aumento das obrigações em libras, resultante da realização de nova operação de crédito e o decréscimo dos compromissos em dólares, graças aos resgates.

A oscilação verificada no período administrativo sob exame, em moeda nacional, assim se evidencia:

Posição em 31/12/70	10.300.951,62
Mais	
Empréstimos em apôlices	
Reajustamento cambial	893.022,50
Empréstimos contratados	
Operação de crédito realizada	5.796.980,98
Reajustamento cambial	<u>1.848.795,08</u>
	8.538.798,56
Menos	
Empréstimos contratados	
Amortização relativa ao exercício de 1971 ...	<u>2.142.147,95</u>
Posição em 31/12/71	<u>16.697.602,23</u>

O demonstrativo a seguir revela a posição inicial, os resgates e o saldo final dos empréstimos externos, tanto em moeda nacional como estrangeira:

Empréstimos em apólices

Em dólares	US\$	Cr\$
Emissão	47.000.000,00	264.845.000,00
Amortização	<u>46.079.000,00</u>	<u>259.655.165,00</u>
	<u>921.000,00</u>	<u>5.189.835,00</u>

Em libras	£	Cr\$
Emissão	600.000,00	8.650.284,00
Amortização	<u>497.480,00</u>	<u>7.172.238,80</u>
	<u>102.520,00</u>	<u>1.478.045,20</u>

Empréstimos contratados

Em dólares	US\$	Cr\$
Valor inicial	1.028.146,68	5.793.606,54
Amortização	<u>341.352,81</u>	<u>1.923.523,09</u>
	<u>686.793,87</u>	<u>3.870.083,45</u>

Em libras	£	Cr\$
Valor inicial	498.451,50	7.084.294,84
Amortização	<u>71.207,36</u>	<u>924.656,26</u>
	<u>427.244,14</u>	<u>6.159.638,58</u>

As apólices em circulação correspondem ao Plano "A" e apresentam o mesmo montante do ano anterior, em virtude de a comunicação dos resgates não ter chegado a tempo para contabilização. A despesa decorrente, todavia, foi devidamente imputada ao exercício.

3.2.2 - DÍVIDA FUNDADA INTERNA

Ao término do período administrativo de 1971, a dívida fundada interna atingia Cr\$ 212.174.437,59, distribuída pelos seguintes credores:

Portadores de apólices	102.535.846,40
Banco do Brasil S. A.	24.703.347,08
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S. A.	64.767.635,04
Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul	509.850,00
Caixa Econômica Federal do Rio Grande do Sul ...	97.235,68
Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro	13.476,48
Financiadora de Estudos, Projetos e Programas S. A.	
- Vale Taquari-Antas	2.406.771,79
União Federal	<u>17.140.275,12</u>
	<u>212.174.437,59</u>

Sua evolução, no último lustro, é demonstrada a seguir:

Ano	Empréstimos		Total	Aumento em relação ao ano anterior %
	Em apólices	Contratados		
1967	44.859.424,00	34.016.978,46	78.876.402,46	-
1968	91.451.261,50	30.299.765,66	121.751.027,16	54,4
1969	84.353.252,10	75.468.958,68	159.822.210,78	31,3
1970	78.259.938,80	109.469.640,02	187.729.578,82	17,5
1971	102.535.846,40	109.638.591,19	212.174.437,59	13,0

Os índices percentuais evidenciam que, após 1968, o ritmo de aumento vem decrescendo ano a ano.

Por outro lado, constata-se que o incremento ocorrido no exercício é originário, em sua maior parte, da colocação de apólices.

No ano sob exame, verificou-se um aumento na dívida fundada interna de Cr\$ 24.444.858,77, como se evidencia:

Aumento da dívida

Operações de crédito realizadas

Empréstimos em apólices	50.019.237,50	
Empréstimos contratados	<u>509.850,00</u>	50.529.087,50

Inscrição de dívidas

Empréstimos em apólices	6.231.609,90	
Empréstimos contratados	<u>18.275.862,57</u>	<u>24.507.472,47</u>

Menos

75.036.559,97

Redução da dívida

Resgates

Empréstimos em apólices	31.954.425,20	
Empréstimos contratados	<u>18.616.761,40</u>	
	50.571.186,60	

Cancelamento de dívidas

Empréstimos em apólices	<u>20.514,60</u>	<u>50.591.701,20</u>
-------------------------------	------------------	----------------------

Aumento líquido

24.444.858,77

O aumento da dívida, no montante de Cr\$ 75.036.559,97, é originário das seguintes operações:

Operações de crédito realizadas

Apólices lançadas em circulação

Empréstimo Lei 5.162/65

Dec. 17.667, de 17/12/65

918.800,00

Empréstimo Apólices Reajustáveis

do Estado do Rio Grande do Sul

Dec. 17.806, de 16/2/66 - 1a. série

12.492.327,10

Dec. 18.769, de 4/12/67 - 2a. série

9.999.907,20

Dec. 18.873-B, de 30/12/67 - 3a. série

6.000.103,20

Empréstimo Lei 6.054/70 Dec. 20.611, de 16/10/70	16.763.100,00	
Empréstimo Lei 6.076/70 Dec. 20.721, de 27/11/70	3.845.000,00	
Empréstimos contratados		
Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, c/Empréstimo Grupo Executivo do Desenvolvimento da Indústria da Pesca	<u>509.850,00</u>	50.529.087,50
 Inscrição de dívidas		
Empréstimos em apólices		
Empréstimo Apólices Reajustáveis do Estado do Rio Grande do Sul		
Dec. 17.806, de 16/2/66 - 1a. série (correção do valor nominal das apólices em circulação) ...	4.418.919,90	
Dec. 18.769, de 4/12/67 - 2a. série (correção do valor nominal das apólices em circulação) ...	1.132.920,00	
Dec. 18.873-B, de 30/12/67 - 3a. série (correção do valor nomi- nal das apólices em circulação)	679.770,00	
 Empréstimos contratados		
Banco do Brasil S. A.		
Empréstimo Desapropriação de Bens da Companhia Telefônica Nacio- nal (correção monetária)	3.743.583,25	
Empréstimo Financiamento de Equi- pamento IGRA/2 (correção mone- tária)	728.301,90	
 Banco do Estado do Rio Grande do Sul S. A.		
Empréstimo, c/Repasse Adela In- vestment Company S.A. (correção monetária)	2.416.505,62	
Empréstimo, c/Repasse Adela In- ternational Financing Company S. A. (correção monetária)	6.336.480,00	
Empréstimo, c/Repasse The Merban Corporation (correção monetária)	2.534.592,00	
Empréstimo, c/Repasse General Mo- tors Scotland Ltd. (correção mo- netária)	<u>2.516.399,80</u>	<u>24.507.472,47</u>
		<u>75.036.559,97</u>

No mesmo período, verificaram-se reduções da ordem de Cr\$ 50.591.701,20, assim desdobradas:

Resgate de apólices

Empréstimo II Plano de Obras do Estado

Dec. 12.465, de 30/6/61 - 4ª. série (675.000 apólices de Cr\$ 1,00 cada uma) 675.000,00

Dec. 13.368, de 6/4/62 - 6ª. série (140.642 apólices de Cr\$ 1,00 cada uma) 140.642,00

Empréstimo Programa Preliminar de Investimentos

Dec. 15.043, de 29/3/63 - 1ª. série (6.700 apólices de Cr\$ 1,00 cada uma) 6.700,00

Empréstimo Lei 5.127/65

Dec. 17.643, de 9/12/65 (16.357 apólices de Cr\$ 100,00 cada uma) 1.635.700,00

Empréstimo Lei 5.162/65

Dec. 17.667, de 18/12/65 (46.870 apólices de Cr\$ 100,00 cada uma) 4.687.000,00

Empréstimo Apólices Reajustáveis do Estado do Rio Grande do Sul

Dec. 17.806, de 16/2/66 - 1ª. série (43.267 apólices de Cr\$ 127,10 cada uma e 45.735 apólices de .. Cr\$ 138,50 cada uma) 11.833.533,20

Empréstimo Plano Comunitário de Investimentos

Dec. 17.989, de 8/8/66 - 1ª. série (241.110 apólices de Cr\$ 10,00 cada uma) 2.411.100,00

Dec. 18.025, de 26/8/66 - 2ª. série (427.835 apólices de Cr\$ 10,00 cada uma) 4.278.350,00

Empréstimo Plano de Auxílios Especiais aos Municípios

Dec. 18.321, de 28/12/66 (81.648 apólices de Cr\$ 50,00 cada uma) .. 4.082.400,00

Empréstimo Lei 5.344/66

Dec. 18.322, de 28/12/66 (1.666.000 apólices de Cr\$ 1,00 cada uma) .. 1.666.000,00

Empréstimo Lei 5.603/68

Dec. 19.363, de 7/11/68 (538.000 apólices de Cr\$ 1,00 cada uma) .. 538.000,00

Resgate de empréstimos contratados

Banco do Brasil S. A.

Empréstimo Desapropriação de Bens da Companhia Telefônica Nacional 3.072.920,24

Empréstimo Recomposição de Dívidas 973.886,91

Financiadora de Estudos, Projetos e Programas S. A. - Vale Taquari-

Antas 828.628,66

Banco do Estado do Rio Grande do Sul S. A.		
Empréstimo, c/Repasse Adela Investment Company S. A.	6.390.185,62	
Empréstimo, c/Repasse General Motors Scotland Ltd.	3.403.526,07	
Caixa Econômica Federal do Rio Grande do Sul		
Empréstimo Unificação e Consolidação de Dívidas	111.434,59	
Empréstimo Saneamento	36.905,64	
Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro		
Empréstimo Saneamento	5.892,79	
União Federal		
Empréstimo Interno de Conversão da Dívida Externa - Dólares	1.335,64	
Empréstimo Interno de Conversão da Dívida Externa - Libras	45,24	
Empréstimo Ajuste para Liquidação de Dívidas - Cr\$ 12,5 milhões ..	1.780.000,00	
Empréstimo Ajuste para Liquidação de Dívidas - 12 milhões	1.500.000,00	
Empréstimo Ajuste para Liquidação de Dívidas - Cr\$ 7,68 milhões ..	<u>512.000,00</u>	50.571.186,60

Cancelamento de dívidas

Empréstimos em apólices

Empréstimo Apólices Reajustáveis do Estado do Rio Grande do Sul		
Dec. 17.806, de 16/2/66 - 1a. série	19.014,60	
Empréstimo Plano Comunitário de Investimentos		
Dec. 18.025, de 26/8/66 - 2a. série	<u>1.500,00</u>	<u>20.514,60</u>
		<u>50.591.701,20</u>

As apólices que se encontravam em circulação no final de 1971 atingiam a importância de Cr\$ 102.535.846,40, conforme se especifica a seguir, por empréstimos, séries e vencimentos.

Empréstimo II Plano de Obras do Estado

6a. série

Ano	Mês	
1972	março	70.321,00
	setembro	<u>70.325,00</u>
		<u>140.646,00</u>

Empréstimo Programa Preliminar de Investimentos

1a. série

Ano	Mês	
1972	março	2.000,00
	setembro	2.000,00
1973	março	2.000,00
	setembro	2.000,00
1974	março	2.000,00
	setembro	2.000,00
1975	março	2.000,00
	setembro	2.000,00
		<u>16.000,00</u>

Empréstimo Lei 5.127/65

Ano	Mês	
1972	fevereiro	545.200,00
	agosto	547.700,00
1973	fevereiro	545.200,00
	agosto	558.200,00
1974	fevereiro	254.100,00
		<u>2.450.400,00</u>

Empréstimo Lei 5.162/65

Ano	Mês	
1972	agosto	776.500,00
1973	fevereiro	1.991.700,00
	agosto	227.900,00
1974	fevereiro	47.200,00
		<u>3.043.300,00</u>

Empréstimo Lei 5.344/66

Ano	Mês	
1972	abril	1.766.000,00
	outubro	1.866.000,00
1973	abril	1.966.000,00
	outubro	2.066.000,00
1974	abril	2.166.000,00
	outubro	2.266.000,00
1975	abril	2.780.400,00
	outubro	3.466.000,00
1976	abril	3.566.000,00
	outubro	3.705.000,00
		<u>25.613.400,00</u>

Empréstimo Lei 5.603/68

Ano	Mês	
1972	abril	966.000,00
	outubro	3.000.000,00
1973	abril	312.000,00
	outubro	3.312.000,00
		<u>7.590.000,00</u>

Empréstimo Lei 6.054/70

Ano	Mês	
1973	abril	6.872.300,00
	outubro	4.647.800,00
1974	abril	<u>5.243.000,00</u>
		<u>16.763.100,00</u>

Empréstimo Lei 6.076/70

Ano	Mês	
1973	maio	301.600,00
	novembro	2.219.000,00
1974	maio	<u>1.324.400,00</u>
		<u>3.845.000,00</u>

Empréstimo Plano Comunitário de Investimentos

2a. série

Ano	Mês	
1972	abril	1.238.400,00
	outubro	143.800,00
1973	abril	<u>300,00</u>
		<u>1.382.500,00</u>

Empréstimo Apólices Reajustáveis do Estado do Rio Grande do Sul

1a. série

Ano	Mês		
1972	janeiro	1.924.159,60	
	julho	1.578.801,40	
1973	janeiro	560.267,40	
	julho	1.722.074,20	
1974	janeiro	2.839.071,40	
	julho	8.767.057,20	
1975	janeiro	4.530.339,00	
	julho	<u>1.957.029,80</u>	23.878.800,00

2a. série

Ano	Mês		
1974	julho	4.453.101,40	
1975	janeiro	5.566.413,60	
	julho	<u>1.113.312,20</u>	11.132.827,20

3a. série

Ano	Mês		
1974	julho	1.113.312,20	
1975	julho	<u>5.566.561,00</u>	6.679.873,20
			<u>41.691.500,40</u>

3.2.3 - DÍVIDA FLUTUANTE

A dívida flutuante do Estado, cifrada em
Cr\$ 776.004.626,89, assim se desdobra:

Restos a Pagar	280.844.492,68
Serviço da Dívida a Pagar	36.642.964,09
Depósitos	33.127.343,30
Débitos de Tesouraria ...	214.006.719,63
Diversos	<u>211.383.107,19</u>
	<u>776.004.626,89</u>

Demonstra-se, a seguir, o comportamento desses débitos, no último lustro:

Ano	Total	Índice	Aumento em relação ao ano anterior
			%
1967	259.946.262,05	100	-
1968	383.403.165,71	147	47
1969	583.429.039,17	224	52
1970	705.307.338,48	271	21
1971	776.004.626,89	299	10

Os dados expostos revelam que, percentualmente, o crescimento em 1971 foi o menor dos últimos cinco anos.

Em relação ao período anterior, verificou-se o aumento de Cr\$ 70.697.288,41, originário dos seguintes fatos:

Formação de dívidas	1.066.200.392,99
Menos: Pagamento de dívidas	<u>995.503.104,58</u>
Aumento da dívida flutuante	<u>70.697.288,41</u>

Este incremento pode ser demonstrado também da seguinte forma:

Resultado financeiro do exercício	38.319.004,78
Mais	
Aumento do ativo financeiro	<u>32.378.283,63</u>
Aumento da dívida flutuante	<u>70.697.288,41</u>

A seguir são ressaltados os aspectos mais significativos dos componentes do passivo financeiro.

RESTOS A PAGAR

Os resíduos passivos escriturados nesta conta atingem a importância de Cr\$ 280.844.492,68, sendo que Cr\$ 83.710.338,01 constituem compromissos de exercícios anteriores e Cr\$ 197.134.154,67 referem-se a obrigações assumidas em 1971. Estas últimas desdobram-se como segue:

Contas a Pagar	25.361.285,90
Vencimentos a Pagar	77.948.962,42
Empenhos a Liquidar	55.508.094,56
Folhas a Pagar	<u>38.315.811,79</u>
	<u>197.134.154,67</u>

Em empenhos a liquidar incluem-se os compromissos pendentes de comprovação de direitos creditórios, da ultimação de fornecimentos ou da prestação de serviços

SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR

O serviço de amortização, juros e outros encargos da dívida fundada interna e externa, no montante de Cr\$ 36.642.964,09, assim se especifica:

Serviço da Dívida Fundada Interna	29.277.478,73
Serviço da Dívida Fundada Externa	<u>7.365.485,36</u>
	<u>36.642.964,09</u>

Serviço da Dívida Fundada Interna - Os encargos da dívida fundada interna, vencidos e não pagos, distribuem-se da seguinte forma:

Banco do Brasil S. A.	194.309,05
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S. A.	911.430,57
União Federal	21.748.869,93
Portadores de apólices	<u>6.422.869,18</u>
	<u>29.277.478,73</u>

Os créditos do Banco do Brasil S.A. e do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. correspondem a obrigações vencidas no final de 1971.

A quantia devida à União Federal refere-se a diversos exercícios e foi objeto de proposta de consolidação.

Por último, o débito relativo a empréstimos em apólices representa o valor de títulos e cupons de juros vencidos que se encontram à disposição dos respectivos portadores.

Serviço da Dívida Fundada Externa - Neste título estão compreendidos os compromissos da dívida externa, no valor de Cr\$ 7.365.485,36. Esta importância corresponde a pagamentos efetuados pela União aos credores no estrangeiro, cabendo ao Estado reembolsá-la, nos termos do Decreto-Lei federal nº 6.019, de 23 de novembro de 1943. Os mencionados compromissos são assim especificados:

Serviço do Empréstimo Externo da Prefeitura de Pelotas 1911	224.706,86
Serviço do Empréstimo Externo de 1921	1.532.896,25
Serviço do Empréstimo Externo de 1926	1.838.571,54
Serviço do Empréstimo Externo de 1927	610.170,41
Serviço do Empréstimo Externo de 1928	<u>3.159.140,30</u>
	<u>7.365.485,36</u>

DEPÓSITOS

Os depósitos específicos e de diversas origens, no valor de Cr\$ 33.127.343,30, assim se discriminam:

Depósitos de Consignatários ..	16.485.006,78
Depósitos de Responsáveis	174,20
Retenções	845.183,75
Cauções	425.437,50
Depósitos Públicos e Judiciais	5.552.710,98
Depósitos de Autarquias	150.941,94
Depósitos Diversos	<u>9.667.888,15</u>
	<u>33.127.343,30</u>

Dentre os "Depósitos Diversos", destacam-se as seguintes parcelas: Cr\$ 7.052.740,32 de créditos da União, resultantes da arrecadação, pelo Estado, da taxa rodoviária única; Cr\$ 1.131.614,33 de comissão sobre a cobrança da dívida ativa; e Cr\$ 783.068,61 de depósitos para garantia de instância.

DÉBITOS DE TESOURARIA

As obrigações compreendidas neste título desdobram-se como segue:

Empréstimos por Antecipação da Receita	47.580.750,20
Letras do Tesouro	<u>166.425.969,43</u>
	<u>214.006.719,63</u>

Empréstimos por Antecipação da Receita - O saldo apresentado por esta conta refere-se a operações realizadas com os seguintes estabelecimentos:

Banco do Brasil S. A., c/Antecipação da Receita	40.000.000,00
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S. A., c/ Antecipação da Receita	<u>7.580.750,20</u>
	<u>47.580.750,20</u>

Letras do Tesouro - Em 31 de dezembro de 1971, o saldo em circulação de letras do Tesouro era de Cr\$ 166.425.969,43. O aumento de Cr\$ 56.119.228,38 sobre o ano anterior provém dos seguintes fatos:

Letras lançadas em circulação	259.088.852,29
Letras resgatadas	<u>202.969.623,91</u>
	<u>56.119.228,38</u>

O limite de circulação das letras do Tesouro, juntamente com o das apólices, está condicionado ao disposto na Resolução nº 58, de 23 de outubro de 1968, prorrogada pela de nº 79, de 21 de outubro de 1970, ambas do Senado Federal, e a Resolução nº 101, de 8 de novembro de 1968, do Banco Central do Brasil.

As letras do Tesouro em circulação correspondem às emissões autorizadas pela Lei nº 5.120, de 6 de dezembro de 1965, alterada pelas de nºs 5.289, de 7 de dezembro de 1966, 5.592, de 29 de dezembro de 1967, e 6.078, de 10 de novembro de 1970.

Segundo os vencimentos, as letras do Tesouro que se encontravam em circulação em 31 de dezembro de 1971 assim se discriminam:

Já vencidas e não apresentadas para resgate

Em 1967.....	239.985,20	
Em 1968.....	16.476,66	
Em 1969.....	193.075,63	
Em 1970.....	44.362,63	
Em 1971.....	<u>1.592.667,84</u>	2.086.567,96

A vencer em 1972

Em janeiro..	9.903.860,87	
Em fevereiro	16.439.376,90	
Em março....	29.562.260,08	
Em abril....	19.774.739,40	
Em maio.....	15.793.010,53	
Em junho....	18.150.597,40	
Em julho....	25.458.678,84	
Em agosto...	14.589.634,45	
Em setembro.	9.925.374,00	
Em outubro..	195.294,00	
Em novembro.	4.202.935,00	
Em dezembro.	<u>343.640,00</u>	<u>164.339.401,47</u>

Saldo em circulação 166.425.969,43

DIVERSOS

Neste grupo figuram as contas não compreendidas nos títulos anteriormente analisados, que serão apreciadas a seguir.

Contribuições para Autarquias - As contribuições deferidas às instituições autárquicas, processadas mas não pagas, cifram-se em Cr\$ 101.989.412,09. Eis como se distribuem:

Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem ..	25.771.571,15
Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais	4.344.246,74
Instituto de Previdência do Estado	71.607.711,20
Instituto Tecnológico do Rio Grande do Sul ...	<u>265.883,00</u>
	<u>101.989.412,09</u>

Contribuições para Fundações - As contribuições destinadas às fundações, processadas e não entregues, no montante de Cr\$ 1.915.741,25, desdobram-se como segue:

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul	300.000,00
Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha	80.000,00
Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor	352.818,00

Fundação Gaúcha do Trabalho	146.000,00
Fundação Orquestra Sinfônica de Porto Alegre..	<u>1.036.923,25</u>
	<u>1.915.741,25</u>

Credores Diversos - Os componentes deste grupo totalizam Cr\$ 60.844.742,46. Com parcelas mais significativas aparecem os seguintes credores:

Aços Finos Piratini S. A.	6.387.044,75
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S. A. ...	1.604.803,68
Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul	8.399.960,52
Central de Abastecimento S. A.	3.580.000,00
Companhia Estadual de Energia Elétrica	17.623.373,25
Companhia Estadual de Silos e Armazéns	6.459.396,42
Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul	1.249.421,20
Companhia Rio-Grandense de Saneamento	10.828.800,00
Companhia Rio-Grandense de Turismo	2.275.000,00

Fundo de Participação dos Municípios - O saldo desta conta, de Cr\$ 45.839.307,60, refere-se à parcela de 20% sobre o produto do imposto de circulação de mercadorias, arrecadada pelo Estado mas pertencente aos municípios, por força do § 8º do artigo 23 da Constituição Federal.

Fundo para Aquisição de Apôlices - O fundo destinado à aquisição em Bolsa, à cotação do dia, de títulos da dívida pública estadual registrou o saldo de Cr\$ 130.005,00, o mesmo do ano anterior.

Cheques a Pagar - O saldo de Cr\$ 263.932,65 representa o valor dos cheques de pagamento de vantagens de pessoal, emitidos pelo Tesouro do Estado e remanescentes em carteira.

Prefeituras, c/Credoras - Os créditos de prefeituras, representados pelo saldo de Cr\$ 66.154,86, referem-se, em sua maior parte, à venda de tratores efetuada pelo Estado a diversas municipalidades.

Outras Contas - Sob esta designação englobam-se o fundo de estoque de material, com Cr\$ 71.733,48, e os empenhos realizados à conta do mesmo fundo, no valor de Cr\$ 262.077,80.

4 - DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A "Demonstração das Variações Patrimoniais" põe em evidência as alterações que experimentou o patrimônio do Estado, tanto as de origem orçamentária como extra-orçamentária, e o resultado patrimonial. Em sua expressão mais simples, esse resultado assim se apresenta:

Variações ativas ...	2.416.313.157,97
Variações passivas..	<u>2.134.494.594,78</u>
Superavit verificado	<u>281.818.563,19</u>

Como o superavit patrimonial obtido deriva de duas ordens de variações, a sua decomposição, segundo essas classes de fatos é sobremodo elucidativa.

Assim, apuram-se dois resultados parciais, iniciando-se pelo originário das variações decorrentes da execução orçamentária que assim se desdobram:

a) Positivas

Receita orçamentária		1.919.526.046,35
Menos: Mutações patrimoniais da receita		
Cobrança da dívida ativa	15.657.070,59	
Alienação de bens móveis	8.170,22	
Alienação de bens imóveis	427.124,95	
Alienação de títulos e valores	37.541.462,91	
Empréstimos tomados	56.326.068,48	
Recebimento de créditos ..	<u>663.000,64</u>	<u>110.622.897,79</u>
Receita efetiva		<u>1.808.903.148,56</u>

b) Negativas

Despesa orçamentária		1.957.845.051,13
Menos: Mutações patrimoniais da despesa		
Aquisição de bens móveis	19.842.113,32	
Construção e aquisição de bens imóveis	10.834.883,56	
Aquisição de títulos e valores	85.782.553,66	
Amortização de dívidas ..	52.713.334,55	
Formação de créditos	<u>8.919.495,22</u>	<u>178.092.380,31</u>
Despesa efetiva		<u>1.779.752.670,82</u>

A conjugação das receitas e despesas efetivas conduz ao primeiro resultado parcial:

Receita efetiva	1.808.903.148,56
Despesa efetiva	<u>1.779.752.670,82</u>
Superavit patrimonial da gestão orçamentária ...	<u>29.150.477,74</u>

Por sua vez, as variações ocorridas à margem da execução orçamentária são classificadas a seguir:

a) Positivas

No patrimônio permanente

Inscrição da dívida ativa	80.947.834,33	
Inscrição de valores	209.556.644,75	
Incorporação de bens móveis	432.143,53	
Incorporação de bens imóveis	2.659.850,61	
Cancelamento de dívidas ..	20.514,60	
Formação de créditos	1.201.212,84	
Entradas de almoxarifado ..	<u>23.876.530,65</u>	<u>318.694.731,31</u>

b) Negativas

No patrimônio permanente

Inscrição de dívidas passivas	27.249.290,05	
Cancelamento de créditos	16.831.865,08	
Saídas de almoxarifado ...	<u>21.945.490,73</u>	<u>66.026.645,86</u>

O resultado patrimonial extra-orçamentário assim se evidencia:

Variações ativas	318.694.731,31
Variações passivas	<u>66.026.645,86</u>
Superavit patrimonial extra-orçamentário	<u>252.668.085,45</u>

A soma dos superavits parciais apurados indica o resultado patrimonial do exercício, a saber:

Superavit patrimonial orçamentário	29.150.477,74
Superavit patrimonial extra-orçamentário	<u>252.668.085,45</u>
Superavit patrimonial do exercício	<u>281.818.563,19</u>

Conforme se pode constatar, o superavit patrimonial decorre, em sua maior parte, das variações estranhas à gestão orçamentária. Dentre essas, destaca-se a inscrição de ações representativas do capital de empresas em que o Estado participa, resultante da incorporação de lucros e da reavaliação do ativo.

O reflexo do resultado positivo do exercício na situação líquida inicial, assim se apresenta:

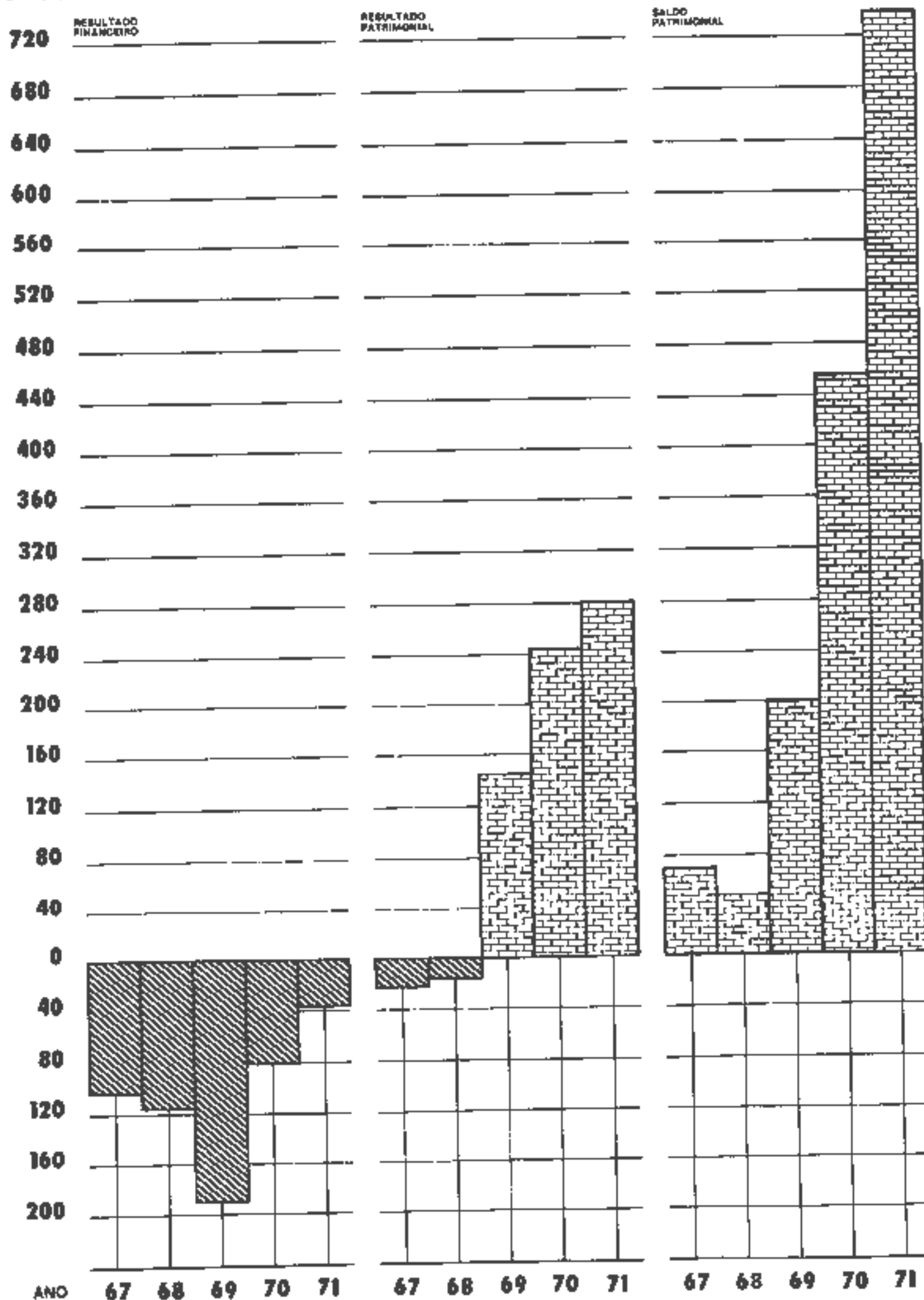
Ativo Real Líquido em 31/12/70	454.866.602,30
Superavit patrimonial de 1971	<u>281.818.563,19</u>
Ativo Real Líquido em 31/12/71	<u>736.685.165,49</u>

A representação gráfica que segue revela os resultados financeiro e patrimonial e a situação líquida no último lustro.

EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS E DA SITUAÇÃO LÍQUIDA

MILHÕES
DE Cr\$

POR QÜINQUÊNIO



5 - APURAÇÃO DO DESCOBERTO FINANCEIRO EM 31/12/71

Ao término do ano fiscal de 1971, as deficiências financeiras acumuladas elevaram-se a Cr\$ 441.631.650,81. A posição no final de 1970 cifrava-se em Cr\$ 359.210.808,29, o que revela uma deterioração da ordem de Cr\$ 82.420.842,52.

O descoberto financeiro é determinado mediante critério tradicional, consistente na confrontação dos componentes do ativo com os do passivo, tanto reais como potenciais. Os elementos reais constam do Balanço Patrimonial, ao passo que os potenciais serão apurados no presente capítulo.

Integram o ativo potencial as receitas afetadas e o produto de operações de crédito que deram cobertura à despesa e que se encontram por realizar.

O passivo potencial abrange as receitas de aplicação específica e as operações de crédito realizadas mas não utilizadas na cobertura de despesas a que se vincularam, bem como os créditos especiais transportados para o exercício seguinte.

A seguir, proceder-se-á à apuração dos componentes potenciais, iniciando-se pelo ativo, que soma Cr\$ 239.877.956,48.

I - Empréstimo Apólices Reajustáveis do Estado do Rio Grande do Sul - 1ª série (Lei ... 5.121, de 6/12/65, e Dec. 17.806, de 16/2/66)

a) Créditos abertos

Especiais

Em 1966 (v. pág. 136 do Balanço de 1966)	22.762.303,58
Em 1967 (v. págs. 121 e 122 do Balanço de 1967)	719.100,00

Em 1968 (v. pág. 143 do Balanco de 1968)	100.000,00	
Em 1969 (v. págs. 140 e 141 do Balanco de 1969)	3.270.000,00	
Em 1971 (v. pág. 139 do Balanco de 1971)	<u>238.018,30</u>	27.089.421,88
Suplementares		
Em 1967	4.223.192,00	
Em 1969	<u>1.152.951,90</u>	<u>5.376.143,90</u>
		32.465.565,78
b) Crédito de 1966, revigorado em 1968		
Dec. 18.300, de 27/12/66		<u>785.158,16</u>
		33.250.723,94
Menos		
c) Saldos de créditos extintos		
Em 1967 (v. págs. 121 e 122 do Balanco de 1967)	887.446,62	
Em 1968 (v. pág. 143 do Balanco de 1968)	772.400,00	
Em 1969 (v. págs. 140 e 141 do Balanco de 1969)	<u>237.925,42</u>	<u>1.897.772,04</u>
		31.352.951,90
Menos		
d) Cancelamento de créditos por redução		
Dec. 18.751, de 23/11/ 67	100.000,00	
Dec. 19.439, de 10/12/ 68	100.000,00	
Em 1969 (v. págs. 140 e 141 do Balanco de 1969)	<u>1.152.951,90</u>	<u>1.352.951,90</u>
		30.000.000,00
Menos		
e) Produto recebido até 31/12/71		<u>25.665.013,95</u>
Parcela a realizar vinculada		<u>4.334.986,05</u>
II - Empréstimo Apólices Reajustáveis do Estado do Rio Grande do Sul - 2a. série (Lei 5.121, de 6/12/65, e Dec. 18.769, de 4/12/67)		
a) Créditos especiais abertos		
Em 1967 (Dec. 18.756, de 29/11/67)	10.000.000,00	
Em 1971 (Dec. 21.337, de 30/9/71)	<u>127.267,94</u>	10.127.267,94
Menos		
b) Saldo de crédito extinto		
Em 1969 (Dec. 18.756, de 29/11/67) ...		<u>127.267,94</u>
		10.000.000,00

Menos			
c) Produto recebido até 31/12/71		<u>9.999.907,20</u>	
Parcela a realizar vinculada		<u>92,80</u>	
III - Empréstimo Apólices Reajustáveis do Estado do Rio Grande do Sul - 3a. série (Lei ... 5.121, de 6/12/65, e Dec. 18.873-B, de 30/12/67)			
a) Créditos abertos			
Especiais			
Em 1969 (v. pág. 141 do Balanço de 1969)	5.500.000,00		
Em 1971 (v. pág. 139 do Balanço de 1971)	<u>855.000,00</u>	6.355.000,00	
Suplementares			
Em 1967		<u>4.500.000,00</u>	
		10.855.000,00	
Menos			
b) Saldo de créditos extintos			
Em 1969 (v. pág. 141 do Balanço de 1969)		<u>855.000,00</u>	
		10.000.000,00	
Menos			
c) Produto recebido até 31/12/71		<u>6.000.103,20</u>	
Parcela a realizar vinculada		<u>3.999.896,80</u>	
IV - Empréstimo Apólices Reajustáveis do Estado do Rio Grande do Sul - 4a. série (Lei ... 5.121, de 6/12/65, e Dec. 20.008, de 5/12/69)			
a) Créditos abertos			
Especiais			
Em 1969 (Dec. 20.075, de 31/12/69)	182.000,00		
Em 1970 (v. pág. 138 do Balanço de 1970)	8.357.842,28		
Em 1971 (v. pág. 139 do Balanço de 1971)	<u>259.373,49</u>	8.799.215,77	
Suplementares			
Em 1970		<u>1.834.976,00</u>	
		10.634.191,77	
Menos			
b) Saldos de créditos extintos			
Em 1970 (v. pág. 138 do Balanço de 1970)	384.191,77		
Em 1971 (v. pág. 139 do Balanço de 1971)	<u>20.000,00</u>	<u>404.191,77</u>	
		10.230.000,00	

Menos		
c) Cancelamento de crédito por redução		
Em 1970 (Dec. 20.433, de 12/8/70)		<u>250.000,00</u>
Parcela a realizar vinculada		<u>9.980.000,00</u>
V - Empréstimo Apólices Reajustáveis do Estado do Rio Grande do Sul - 5a. série (Lei ... 5.121, de 6/12/65, e Dec. 20.571, de 30/9/70)		
a) Créditos abertos		
Especiais		
Em 1970 (v. pág. 139 do Balanço de 1970)	6.000.000,00	
Em 1971 (v. pág. 140 do Balanço de 1971)	<u>2.074.866,27</u>	8.074.866,27
Suplementares		
Em 1971		<u>1.705.464,24</u>
		9.780.330,51
Menos		
b) Saldo de créditos extintos		
Em 1971 (v. pág. 140 do Balanço de 1971)		<u>788.094,00</u>
Parcela a realizar vinculada		<u>8.992.236,51</u>
VI - Empréstimo em apólices Lei 5.162/65		
a) Créditos suplementares abertos em 1965		10.000.000,00
Menos		
b) Produto recebido até 31/12/71		<u>6.966.900,00</u>
Parcela a realizar vinculada		<u>3.033.100,00</u>
VII - Empréstimo em apólices Lei 5.603/68 (Dec. 19.363, de 7/11/68)		
a) Crédito suplementar aberto		
Em 1968 (Dec. 19.430, de 7/12/68)		80.000.000,00
Menos		
b) Produto recebido até 31/12/71		<u>11.128.000,00</u>
Parcela a realizar vinculada		<u>68.872.000,00</u>
VIII - Empréstimo "Financiadora de Estudos, Projetos e Programas S. A. - FINEP" - Vale Taquari-Antas (Lei 5.631, de 5/8/68)		
a) Crédito de 1968, revigorado em 1969		
Dec. 19.231, de 14/8/68		3.600.000,00

Menos		
b) Produto recebido até 31/12/71		<u>3.235.400,45</u>
Parcela a realizar vinculada		<u>364.599,55</u>
IX - Empréstimo em apólices Lei 6.054/70 (Dec. 20.611, de 16/10/70)		
a) Créditos abertos		
Especiais		
Em 1971 (v. pág. 140 do Balanço de 1971)		10.258.000,00
Suplementares		
Em 1970	110.000.000,00	
Em 1971	<u>586.000,00</u>	<u>110.586.000,00</u>
		120.844.000,00
Menos		
b) Saldos de créditos extintos		
Saldo não utilizado do		
Fundo de Reserva Orça-		
mentário de 1970		
Em 1971 (v. pág. 140 do	10.844.843,77	
Balanço de 1971)	<u>33.116,00</u>	<u>10.877.959,77</u>
		109.966.040,23
Menos		
c) Produto recebido até 31/12/71		
		<u>16.763.100,00</u>
Parcela a realizar vinculada		<u>93.202.940,23</u>
X - Empréstimo em apólices Lei 6.076/70 (Dec. 20.721, de 27/11/70)		
a) Créditos abertos		
Especiais		
Em 1970 (Dec. 20.734,		
de 27/11/70)	16.000.000,00	
Em 1971 (v. pág. 140 do		
Balanço de 1971)	<u>6.000.000,00</u>	<u>22.000.000,00</u>
Menos		
b) Saldo de créditos extintos		
Em 1971 (v. pág. 140 do Balanço de 1971)		<u>3.848.996,09</u>
		18.151.003,91
Menos		
c) Cancelamento de créditos especiais por		
redução em 1971 (Dec. 21.211, de 28/7/		
71)		
		<u>6.000.000,00</u>
		12.151.003,91
Menos		
d) Produto recebido até 31/12/71		
		<u>3.845.000,00</u>
Parcela a realizar vinculada		<u>8.306.003,91</u>

a) Valor dos recursos a utilizar, considerados como componentes do Passivo Potencial na exposição sobre o Balanço de 1970	2.174.859,37	
b) Recursos proporcionados no exercício de 1971	<u>15.951.704,53</u>	
		18.126.563,90

Menos

c) Recursos utilizados		
Despesa realizada à conta de dotações orçamentárias		
Código 6.08 - Encargos Gerais do Estado (Aplicação da quota-parte do imposto único sobre energia elétrica) ..	<u>10.613.000,00</u>	
Saldo dos recursos a utilizar		<u>7.513.563,90</u>

II - Renda do Departamento da Loteria do Estado

Recursos proporcionados pelo Departamento da Loteria do Estado, nos termos da Lei 4.631, de 9/12/63, alterada pela Lei 4.760, de 17/7/64

Vinculados ao art. 99 da Lei 4.760/64

a) Valor dos recursos a utilizar, considerados como componentes do Passivo Potencial na exposição sobre o Balanço de 1970	535.874,50	
b) Auxílios concedidos em 1970, à conta dos recursos proporcionados pelo Departamento da Loteria do Estado, cancelados pelo Dec. Legisl. 2.772, de 5/8/1970, e escriturados na rubrica "receita de indenizações e restituições"	77.650,00	
c) Recursos realizados no exercício de 1971	<u>3.973.563,79</u>	4.587.088,29

Vinculados ao art. 39 da Lei 4.631/63

d) Saldo dos recursos a utilizar, considerados como componentes do Passivo Potencial na exposição sobre o Balanço de 1970	73.400,00	
e) Recursos realizados no exercício de 1971	<u>646.000,00</u>	<u>719.400,00</u>
Soma dos recursos da renda do Departamento da Loteria do Estado		5.306.488,29

Menos

f) Recursos utilizados

Vinculados ao art. 9º da
Lei 4.760/64

Despesas realizadas à
conta de dotações orça-
mentárias

Código 1.02, 3.02 e
11.13 (Plano de Sub-
venções e Auxílios) 4.281.544,29

Vinculados ao art. 3º da
Lei 4.631/63

Despesas realizadas à
conta de dotações orça-
mentárias

Código 3.02 (Plano de
Subvenções e Auxílios) 671.400,00 4.952.944,29

Saldo dos recursos a u-
tilizar

Vinculados ao art. 9º
da Lei 4.760/64 305.544,00

Vinculados ao art. 3º
da Lei 4.631/63 48.000,00 353.544,00

III - Empréstimo contratado com o Banco do Bra-
sil S. A. (Lei 5.587, de 29/12/67)

a) Créditos especiais abertos

Em 1967 (Dec. 18.865,
de 29/12/67) 3.000.000,00

Em 1969 (Dec. 20.080,
de 31/12/69) 2.000.000,00

Em 1970 (Dec. 20.431,
de 12/8/70) 243.272,94

Em 1971 (Dec. 21.367,
de 15/10/71) 243.272,94 5.486.545,88

Menos

b) Saldos de créditos extintos

Em 1969 (Dec. 18.865,
de 29/12/67) 152.141,54

Em 1970 (Dec. 20.431,
de 12/8/70) 243.272,94

Em 1971 (Dec. 21.367,
de 15/10/71) 243.272,94 638.687,42

4.847.858,46

Menos

c) Cancelamento de empenhos em contraparti-
da de receita

Empenhos a Liquidar - 1969, cancelados
em 1970 e escriturados na rubrica "re-
ceita de indenizações e restituições" 91.131,40

4.756.727,06

Saldo dos recursos a utilizar 243.272,94

Produto recebido até 31/12/71 5.000.000,00

IV - Fundo de Participação dos Municípios (§ 8º do art. 23 da Constituição Federal)

a) Valor dos recursos a utilizar, considerados como componentes do Passivo Potencial na exposição sobre o Balanço de 1970		4.102.585,17
b) Recursos realizados no exercício, equivalentes a 20% da receita originária do imposto de circulação de mercadorias, excluída a soma de Cr\$ 35.163.621,92 relativa ao imposto incidente sobre produtos sem similares no Estado		<u>298.886.269,57</u>
		302.988.854,74

Menos

c) Recursos utilizados

Despesa realizada à conta de dotações orçamentárias

Código 6.08 - Encargos Gerais do Estado (Diversas Transferências Correntes - Entidades Municipais)

280.835.020,62

Saldo dos recursos a utilizar

22.153.834,12

V - Taxa Rodoviária Única, participação do Estado e Municípios

Recursos proporcionados pela Taxa Rodoviária Única, instituída pelo Dec. Lei federal 999, de 21/10/69

a) Recursos realizados no exercício de 1971 (Lei 5.987, de 22/7/70)

Vinculados ao Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem

21.858.823,52

Vinculados aos Municípios

15.613.445,37

37.472.268,89

Menos

b) Recursos utilizados e assim distribuídos, conforme Lei 5.987, de 22/7/70

Prefeituras Municipais 15.610.542,71

Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem ...

18.900.000,00

34.510.542,71

Saldos dos recursos a utilizar

Vinculados ao Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem

2.958.823,52

Vinculados aos Municípios

2.902,66

2.961.726,18

VI - Taxa de Cooperação para Construção de Silos e Armazéns

Recursos proporcionados pela taxa instituída através da Lei 1.938, de 10/12/52

a) No exercício de 1971 12.640.923,24

Menos

b) Recursos utilizados

Na integralização do capital da Companhia Estadual de Silos e Armazéns, despesa classificada no código 6.08 - Encargos Gerais do Estado

10.450.000,00

Saldo dos recursos a utilizar

2.190.923,24

A apuração das deficiências financeiras é obtida através da conjugação dos elementos reais e potenciais do ativo e passivo financeiros, como segue:

Ativo Financeiro

I - Real

Disponível	65.868.556,40	
Realizável	<u>68.054.383,49</u>	133.922.939,89

II - Potencial

Empréstimos vinculados a créditos especiais abertos

Empréstimo Apôlices Reajustáveis do Estado do Rio Grande do Sul (Lei 5.121, de 6/12/65)

1a. série - Dec. 17.806, de 16/2/66	4.334.986,05
2a. série - Dec. 18.769, de 4/12/67	92,80
3a. série - Dec. 18.873-B, de 30/12/67	3.999.896,80
4a. série - Dec. 20.008, de 5/12/69	9.980.000,00
5a. série - Dec. 20.571, de 30/9/70	8.992.236,51

Empréstimo em apôlices Lei 5.162/65	3.033.100,00
---	--------------

Empréstimo em apôlices Lei 5.603/68 Dec. 19.363, de 7/11/68 ..	68.872.000,00
---	---------------

Empréstimo "Financiadora de Estudos, Projetos e Programas S. A. - FINEP" - Vale Taquari-Antas (Lei 5.631, de 5/8/68)	364.599,55
--	------------

Empréstimo em apólices Lei 6.054/70 Dec. 20.611, de 16/11/70	93.202.940,23	
Empréstimo em apólices Lei 6.076/70 Dec. 20.721, de 27/11/70	8.306.003,91	
Empréstimo em apólices Lei 6.079/70 Dec. 20.720, de 27/11/70	25.000.000,00	
Empréstimo de financiamen- to "EMI Electronics Limited, c/TV Educativa" (Dec. Le- gisl. 2.811, de 26/11/70, e Lei 6.123, de 18/12/70)	1.247.472,36	
Empréstimo em apólices Lei 6.132/70 Dec. 20.859, de 31/12/70	11.371.478,27	
Empréstimo contratado com o Banco Regional de Desen- volvimento do Extremo Sul, Lei 6.164, de 31/12/70	<u>1.173.150,00</u>	<u>239.877.956,48</u>
		<u>373.800.896,37</u>

Passivo Financeiro

I - Real

Restos a Pagar	280.844.492,68	
Serviço da Dívida a Pagar	36.642.964,09	
Depósitos	33.127.343,30	
Débitos de Tesouraria	214.006.719,63	
Diversos	<u>211.383.107,19</u>	776.004.626,89

II - Potencial

Créditos especiais transfe- ridos para 1972	4.011.055,91	
Saldo a aplicar da quota-par- te do imposto único sobre e- nergia elétrica	7.513.563,90	
Saldo a aplicar da renda do Departamento da Loteria do Estado		
Vinculado ao art. 99 da Lei 4.760/ 64	305.544,00	
Vinculado ao art. 39 da Lei 4.631/ 63	<u>48.000,00</u>	353.544,00
Empréstimo contratado com o Banco do Brasil S. A. (Lei 5.587, de 29/12/67)	243.272,94	

Saldo a aplicar do Fundo de Participação dos Municípios (§ 8º do art. 23 da Constituição Federal)	22.153.834,12	
Saldo de recursos a utilizar da Taxa Rodoviária Única, participação do Estado e Municípios		
Vinculado ao Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem	2.958.823,52	
Vinculado aos Municípios..	<u>2.902,66</u>	2.961.726,18
Saldo de recursos a utilizar da Taxa de Cooperação para Construção de Silos e Armazéns	<u>2.190.923,24</u>	<u>39.427.920,29</u>
		<u>815.432.547,18</u>

RESUMO

Passivo Financeiro	815.432.547,18
Ativo Financeiro	<u>373.800.896,37</u>
Descoberto Financeiro em 31/12/71	<u>441.631.650,81</u>

A apuração do descoberto financeiro feita analiticamente evidencia a origem e as alterações de cada um dos componentes potenciais.

O descoberto financeiro pode ser apurado também de forma sintética. Para tanto, as insuficiências financeiras existentes ao término do exercício anterior são conjugadas com as variações ocorridas no ano de 1971.

Tendo em vista que diversos componentes do ativo potencial não apresentam possibilidade de realização, os mesmos foram eliminados. Segue-se a apuração sintética.

I - Descoberto financeiro acumulado em 31/12/70 359.210.808,29

Mais

a) Componentes constantes da exposição sobre o Balanço de 1970 que, por serem de difícil realização, são excluídos do Ativo Potencial:

Empréstimo em apólices Plano Comunitário de Investimentos (Lei 5.249, de 16/7/66)	
1a. série - Dec. 17.989, de 8/8/66	511.123,44
2a. série - Dec. 18.025, de 26/8/66	65.157,58
3a. série - Dec. 18.372, 18/1/67	2.138.075,87

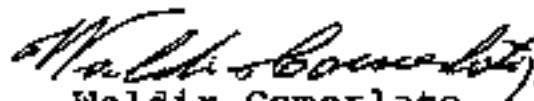
Empréstimo em apólices Plano de Auxílios Espe- ciais aos Municípios (Lei 5.309, de 19/12/66, e Dec. 18.321, de 28/12/66) ...	20.000,00	
Empréstimo em apólices Lei 5.344/66 Dec. 18.322, de 28/12/66	2.617.703,17	
Empréstimo em apólices Lei 5.552/67 Dec. 18.840, de 27/12/67	1.000.000,00	
Empréstimo em apólices Lei 5.553/67 Dec. 18.842, de 27/12/67	<u>6.272.734,35</u>	12.624.794,41
b) Créditos especiais abertos em 1971, com re- cursos de exercícios anteriores		4.469.997,94
c) Créditos suplementares votados em 1971, com recursos de exercícios anteriores não computados como elementos potenciais		88.000,00
Menos		
d) Créditos especiais com recursos de exer- cícios anteriores, extintos por perda de vigência		6.893.993,72
e) Créditos especiais com recursos de exer- cícios anteriores, cancelados por redução		<u>4.557.997,94</u>
Descoberto Financeiro de 1970, retificado		364.941.608,98
II - Deficit de recursos ordinários		
a) Deficit da gestão de re- cursos do Fundo Geral do exercício de 1971	72.678.985,92	
b) Créditos especiais com re- cursos de 1971 transferi- dos para 1972	<u>4.011.055,91</u>	<u>76.690.041,83</u>
Descoberto Financeiro em 31/12/71		<u>441.631.650,81</u>

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluirmos esta exposição, ressaltamos, prazerosamente, a capacidade técnica e a dedicação ao trabalho dos funcionários da Contadoria Geral do Estado.

A Vossa Excelência, Senhor Secretário, expressamos nossos melhores agradecimentos pela atenção e apoio que tem dispensado a este Órgão.

Outrossim, asseguramos-lhe a leal cooperação dos servidores desta Contadoria Geral no desempenho da tarefa cometida a Vossa Excelência e que vem sendo realizada com invulgar brilhantismo.


Waldir Comerlato
Contador Geral do Estado